

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

LAÍS MARTINS DOS SANTOS

**VICENTINA ARANHA DE SANATÓRIO A PARQUE:
HISTÓRIA E MUDANÇAS.**

Orientador: Prof^a Dra. Bernadete Ap. C. de Castro Oliveira

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Rio Claro - SP

2014

LAÍS MARTINS DOS SANTOS

VICENTINA ARANHA DE SANATÓRIO A PARQUE:
HISTÓRIAS E MUDANÇAS

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Bernadete Ap. C. de Castro Oliveira (orientadora)

Profa. Dra. Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

Doutoranda Ana Carolina Rios Gomes

Rio Claro, 05 de fevereiro de 2014.

Assinatura do(a) aluno(a)

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a minha família, minha base. À minha querida mãe, Aparecida, meu maior exemplo de perseverança, honestidade e sabedoria. Ao meu amado pai, José, meu exemplo de força, simplicidade e superação. Ao meu irmão, Igor, exemplo de leveza, alegria e amor incondicional. Meu porto seguro, sem vocês, eu nada seria.

Ao meu amado Nicolás, obrigada pela paciência, pelo jeito leve de viver, agradeço por compartilhar afinidades e sonhos.

Aos poucos amigos, porém verdadeiros, que fiz ao longo deste curso, muito obrigada por estarem presentes na alegria e na tristeza.

Aos amigos, que mesmo distantes, nunca deixaram de me apoiar.

E por que não agradecer a aqueles que nunca acreditaram no meu potencial? Agradeço do fundo do meu coração, vocês foram peças essenciais no meu desenvolvimento.

A todos que fizeram parte dessa longa jornada, agradeço a companhia, obrigada por fazerem parte de um dos momentos mais importantes de minha vida.

Enfim, obrigada Geografia por me fazer mais humana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – PATRIMÔNIO HISTÓRICO: ORIGEM E CONCEITUAÇÃO	12
1.1 A proteção do patrimônio histórico	20
CAPÍTULO II – DE SANATÓRIO A PARQUE: HISTÓRIA E MUDANÇAS	30
2.1 Breve relato sobre a história de São José dos Campos	30
2.2 Sanatório Vicentina Aranha	35
CAPÍTULO III – O PARQUE E SEUS USOS	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
BIBLIOGRAFIA	55
ANEXO	60

RESUMO

Este estudo buscou analisar a recuperação e a busca da identidade do legado cultural do Sanatório Vicentina Aranha para os moradores da cidade de São José dos Campos – SP. Tal iniciativa se faz presente através da importância do sanatório para a saúde pública do Vale do Paraíba nas décadas de 30 a 70, do século XX. Este local nos dias atuais abriga um parque, apresentando uma releitura do seu espaço, com a possibilidade da prática de lazer, entretenimento e turismo. O parque Sanatório Vicentino Aranha se apresenta conservando uma paisagem que permite ser inserida num continuum passado-presente ressignificando formas de apropriação e uso. A palavra patrimônio tem vários significados e comumente está associado ao conjunto de bens que uma pessoa, coletividade ou uma entidade possuem. Transportado a um determinado território, o patrimônio passa a ser o conjunto de bens que estão dentro de seus limites de competência administrativa. (BARRETO, 2000). Mais que isso, o patrimônio histórico-cultural guarda uma relação de pertencimento entre ele e a coletividade que o detém. O Sanatório Vicentina Aranha foi inaugurado em 1924, com o projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, compondo um conjunto arquitetônico tombado como patrimônio histórico e cultural do Estado em 2001. Possui um bosque com espécies vegetais centenárias como: mogno, peroba rosa, jequitibá e jacarandá, compondo também um patrimônio natural importante para cidade. Há projetos como o Leitura no Bosque e é frequentado pela população local. O município hoje busca dar uma nova identidade aquele lugar transformando-o em centro de ensino industrial e tecnológico.

Palavras-chave: patrimônio histórico-cultural; espaço e memória; Sanatório Vicentina Aranha.

ABSTRACT

This assignment intends to analyze the recover and the research of the cultural legacy identity of Vicentina Aranha Sanatorium to the inhabitants of the city of São José dos Campos-SP. That initiative becomes present through the importance of the sanatorium to the public health of Vale do Paraíba in the decades between 30 and 70, of the 20th century. Nowadays this place refuges a park, presenting a reexamination of its space, with the possibility of the leisure practice, entertaining and tourism. The Vicentina Aranha Sanatorium Park presents itself conserving a landscape that is able of being inserted in a continuum past-present resignifying ways of appropriation and use. The word patrimony has many meanings and it's commonly associated to the set of goods that someone, the society or an entity owns. Transporting in a determinate territory, the patrimony starts to be a set of goods that are in its limits of administrative competency. (BARRETO, 2000). More than this, the cultural-historical patrimony guard a relation of belonging between it and the entity that has it. The Vicentina Aranha Sanatorium was inaugurated in 1924, with the project of the architect, Ramos de Azevedo, constituting an architectural ensemble placed under governmental trust as a historical and cultural patrimony of the state in 2001. It has a grove with centenary vegetal species like: MOGNO, PEROBA ROSA, JEQUITIBÁ and JACARANDA, constituting also a natural patrimony important for the city. There are projects like "Leitura no Bosque" and it's visited by the local population. Today the city seeks a new identity for that place transforming it in the center of industrial and technologic study.

Key words: cultural-historic patrimony; space and memory; Vicentina Aranha Sanatorium

INTRODUÇÃO

O patrimônio histórico edificado, representado pelo parque Vicentina Aranha, pode ser tomado como produto do espaço geográfico nas suas relações entre lugar-uso-sociedade local. As possibilidades de acesso têm sido democratizadas por programas municipais que visam preservar sua história, permitindo que os usuários tomem contato com as edificações e com o bosque, atribuindo-lhes novos sentidos.

De acordo com Barreto (1999), o espaço de uso coletivo está sujeito às atitudes prejudiciais dos sujeitos que o utilizam, ora apropriando-se do mesmo como um bem particular, ora depredando-o, numa cultura chamada de “cultura de transgressão”. Algumas pesquisas mostram que a noção de bem público no Brasil está associada à impessoalidade, ao não-pertencimento, por isso é alvo de atitudes destrutivas. A cultura da transgressão não advém do abuso do espaço por necessidade ou protesto, mas por oposição e descaso, gerando certo “prazer” no ato de depredar. (MINEO, 2009).

Atualmente, a cultura da transgressão se exacerbou nas grandes cidades, como é o caso de São José dos Campos, devido aos sentimentos de insegurança e efemeridade das relações e experiências vividas, dando margem à apatia e à banalização da transgressão do espaço público. A cultura de transgressão não advém do abuso do espaço por necessidade ou protesto, mas por prazer. Segundo Holanda (1978 apud BARRETO, 1999), a cultura brasileira é resultado de séculos de economia agrícola, onde as relações estabelecidas entre a “casa-grande e senzala” contaminaram todos os domínios da vida social. Desde o passado, herdamos o sentimento de autoridade e impunidade da elite em se impor socialmente através do abuso de seus privilégios e a classe trabalhadora, ao invés de denunciar este esquema, acaba por copiá-lo para não se sentir inferiorizada.

Esse modelo se repete em toda a América Latina, onde o respeito às leis e às normas sociais são vistas como sinal de submissão, o que resulta na transgressão dos espaços públicos. A cultura de transgressão ainda foi reforçada pela distância entre a colônia e a metrópole, dando às administrações locais, grande sensação de impunidade. Este resquício do Brasil colônia persiste nos dias atuais pelo mau uso dos bens públicos. Desta forma, os detentores do poder praticam até os dias de hoje a “esperteza” para se manter no poder e o povo fica sujeito a um esquema que o

desfavorece, obrigando-o a desenvolver seus próprios mecanismos de realização (BARRETO, 1999).

A proposta deste estudo foi refletir sobre o patrimônio histórico-cultural, tendo como referência o Parque Vicentina Aranha, buscando compreender usos e sentidos que essas formas exercem para os produtores do espaço urbano. Será realizada uma revisão bibliográfica sobre temas da Geografia Urbana associados ao conceito de lugar e usos do espaço urbano na reprodução da vida cotidiana.

O imóvel selecionado para a pesquisa foi o primeiro sanatório a ser construído na cidade de São José dos Campos, localizado na Rua Engenheiro Prudente Meirelles de Moraes, n.º 302, Vila Adyana. Este imóvel teve suas funções e formas alteradas ao longo dos anos, da inauguração, em 1924 até 1945, sofreu várias reformas e ampliações, recebendo capela, necrotério, casa interna do médico, etc. O edifício foi elaborado pelo arquiteto paulista F. P. Ramos de Azevedo e realizado pelo engenheiro Augusto Toledo.

Esse estudo se apoiou na linha da Geografia Crítica, utilizando autores como: Milton Santos, Alessandri e Carlos Roberto Lobato Correa. Essas leituras possibilitaram um avanço na compreensão do papel do homem na sociedade, antes visto como um elemento de determinado grupo social, para uma visão do homem como sujeito inserido em conflitos de classe e responsável pela produção do espaço em suas múltiplas estruturas. Assim, o espaço nesta ótica é produto histórico e social ao mesmo tempo em que determina e acentua as contradições da ação humana (CARLOS, 1994).

Com a renovação da ciência geográfica, o espaço passou a ser entendido como um produto das relações sociais através de sua apropriação histórica, relacionando-o com a lógica global que o transforma segundo as necessidades econômicas (SANTOS, 1979).

Os estudos geográficos se preocupam cada vez mais em desmascarar os interesses do capital que transfigura as relações sociais e o espaço pela lógica da produção e do consumo, atingindo os espaços de forma desigual e criando áreas periféricas que servem para a maximização dos lucros das economias centrais. Alguns estudos urbanos contemporâneos partem de uma revalorização das características particulares dos espaços, sem, no entanto, cair no velho paradigma da Escola Francesa tradicional de “gêneros de vida”, mas com a intenção de inserir

estas características próprias do espaço dentro de uma perspectiva maior baseada no modo de produção (ABREU, 1994).

O antigo dualismo homem-natureza presente nos estudos da Geografia Urbana agora é analisado sob uma visão abrangente entre sociedade-espaço, pois a sociedade é responsável pela produção espacial e o espaço-produzido acaba por determinar a sociedade e suas relações. Assim, o homem moderno em seu cotidiano nas cidades ampliou as suas relações com a natureza e esta é, cada vez mais, social e histórica. A análise urbana deve incluir em sua perspectiva as questões relativas ao consumo, às ideologias, desejos, anseios, enfim, ao modo de vida para trazer à tona a divisão espacial do trabalho com suas relações antagônicas materializadas nas formas e estruturas da cidade (CARLOS, 1994).

A produção histórica e social do espaço pode ser analisada através de sua forma, função e estrutura. A “forma” do espaço seria a sua representação física, visível ao observador e passível de descrição; a “função” do espaço é o seu papel dentro das relações sociais locais e globais; a “estrutura” seria como o espaço se organiza e se articula como um todo; e o “processo” seria as condições históricas que determinam as suas mudanças. Estas características, caso tomadas separadamente, se tornam uma reflexão míope sobre o espaço geográfico, mas se analisadas em conjunto, possibilitam uma reflexão teórica e metodológica da produção espacial (SANTOS, 1985).

Segundo Santos (1985), o espaço-mercadoria é dotado de valor de acordo com a sua função dentro do sistema capitalista produtivo. Desta forma, os espaços mudam de valor com o tempo, na medida em que as suas funções mudam, altera-se também a sua relação com os outros espaços. A atribuição e alteração dos valores do espaço urbano, seja ele um edifício isolado ou uma área mais extensa, pode ser explicado através da soma de relações globais.

Para Mineo (2009), a produção do espaço urbano depende da ação de três agentes sociais interessados no lucro financeiro: o Estado, a sociedade civil e o mercado imobiliário. A sociedade civil produz o espaço urbano como base material para a reprodução de suas condições de existência, exigindo do Estado o direito de viver em um lugar seguro que contenha os equipamentos públicos necessários, além disso, a sociedade civil constrói os vínculos, percepções e sentimentos com o lugar através da sua vida cotidiana, dotando-o de um sentido de familiaridade e tradição. (MINEO; 2009).

Não basta apenas analisar a forma e as estruturas do espaço geográfico através de uma análise descritiva, mas, é necessário compreender a essência dos elementos através de sua função histórica para a sociedade. As edificações que resistiram historicamente apesar das pressões do capital em modificar continuamente suas formas, na medida em que novas necessidades foram sendo criadas, representam importantes referências de identificação, localização e memória para a população local e devem ser conservadas e valorizadas por suas qualidades específicas. (MINEO, 2009)

Compondo o patrimônio cultural de uma sociedade está o patrimônio histórico, arte, tradição, identidade e memória, ou melhor, definindo: a noção de patrimônio engloba a instância material e imaterial da cultura.

O patrimônio histórico-cultural não se associa somente à memória e aos conteúdos do passado histórico de uma sociedade, mas também possibilita entender o presente e os seus problemas, bem como vislumbrar a elaboração de projetos que os solucionem. Os bens patrimoniais fixam no território as lembranças coletivas da construção do espaço de forma seletiva, ou seja, apenas as obras conservadas no espaço urbano passam a nortear a memória, revelando o caráter político e elitista do patrimônio. (Mesentier; 1997).

O patrimônio histórico presente no espaço urbano está inserido em uma articulação entre o local e o global, já que a expansão dos mercados pelo mundo e, sua conseqüente homogeneização, acaba dependendo das diferenças de cada localidade. (HALL, 2006). Assim, é necessário promover a conservação desse patrimônio para que ele continue exercendo a sua função histórica, cultural e econômica, em conjunto com a conscientização da população sobre a sua identidade e memória.

A sobreposição de diferentes temporalidades nos centros das cidades modernas é visível nas construções históricas que permanecem, ainda que com funções diferentes das quais foram erguidas, lado ao lado com as novas formas arquitetônicas. Mineo (2009) diz que:

“...estas descontinuidades históricas e diferentes funções imprimem dinamicidade as áreas centrais, tendo no preço do solo uma supervalorização, o que gera os investimentos necessários a especulação imobiliária. Assim sendo, existe uma pressão em destruir estas formas antigas para dar lugar a novos empreendimentos, minando os símbolos e vínculos destes espaços com a população.” (página 35).

Para que a preservação do patrimônio histórico-cultural aconteça é necessário identificar vivências e vínculos da população com o lugar a fim de que possam ser criadas políticas de preservação. O poder municipal deve ser o agente promotor para o levantamento e o tombamento do patrimônio histórico-cultural e natural, bem como lhe cabe promover a participação da população local para a proteção desses espaços.

Segundo Mineo (2009), o patrimônio histórico edificado é um produto do espaço geográfico e sempre teve um caráter elitista e segregacionista, porém, a partir da valorização das características locais e da memória coletiva, tem possibilitado a democratização de seu acesso. A população local deve ser conscientizada sobre a importância do patrimônio cultural e histórico, cobrando dos setores públicos e privados, uma conservação significativa destes espaços para que não ocorra a deterioração. Através da pesquisa foram feitas leituras sobre as origens e definição do patrimônio histórico, resgatando os valores atribuídos aos bens culturais e as medidas de proteção e conservação que foram elaboradas pelas sociedades modernas. Em seguida, foi escolhido o edifício do Sanatório Vicentina Aranha, que está situado próximo ao centro de São José dos Campos, como objeto de pesquisa para ilustrar as condições do patrimônio histórico nos centros urbanos atuais.

O imóvel selecionado para a pesquisa teve suas funções e formas modificadas ao longo dos anos, porém, preservou sua essência arquitetônica e sua imagem suntuosa. Atualmente, este edifício histórico se encontra em estado de deterioração e as políticas públicas locais, ainda que tenham iniciado um processo de proteção, não investigaram os anseios e a percepção da população local sobre esta área.

Os principais objetivos que nortearam trabalho foram: analisar o processo de formação do Parque Vicentina Aranha; identificar mudanças ocorridas no Sanatório Vicentina Aranha: funcionamento e desativação; fazer um breve levantamento das formas de uso do Parque pela população local.

CAPÍTULO I – Patrimônio histórico: origem e conceituação.

O patrimônio pode ser entendido como a acumulação de bens herdados construídos ou em construção que misturam diversas temporalidades, sendo reconhecido através da memória social que o transforma em ícones de valores. Uma vez reconhecidos, esses bens passam a ser apropriados pelo Estado que lhe confere novos significados e valores a partir de sua posição ideológica, regulamentando-os judicialmente (ARAÚJO, 2007).

As políticas públicas de preservação do patrimônio edificado são recentes na história, pois as cidades modernas foram influenciadas pelo conceito de “cidade funcional” criado pela Carta de Atenas, a qual negava o valor histórico das áreas urbanas centrais. A Carta de Atenas foi elaborada durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em Atenas, no ano de 1933.

Na esfera de uma escala geográfica mundializada, as discussões sobre o patrimônio histórico e artístico passam a ser mais dinâmicas nos encontros da Sociedade das Nações por meio do Escritório Internacional dos Museus e das Assembléias realizadas pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. A Carta de Atenas demonstra, sobretudo, uma preocupação com as diretrizes de proteção dos monumentos. Na busca pela conservação e proteção dos monumentos, revela e traça ações importantes entre as nações, priorizando a incentivando a educação e respeito aos monumentos, como também a necessidade de estruturar um projeto internacional de documentação cooperativa entre as nações. Somente em 1933, com as generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo que certas questões serão apuradas pelo CIAM, e então incentivadas e publicadas na Carta de Atenas.

Para Choay (2001), os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não para de crescer, com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das áreas geográficas no interior das quais esses bens se inserem. Com a Carta de Veneza (1964), a tendência de englobar cada vez mais elementos no rol patrimonial parece evidente.

“Ao dar uma primeira forma a esses princípios gerais, a Carta de Atenas de 1931 contribuiu para a propagação de um amplo movimento internacional que se traduziu principalmente em documentos nacionais, na atividade de ICOM e da UNESCO e na criação, por esta última, do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais. A sensibilidade e o espírito crítico se dirigem para problemas cada vez mais complexos e diversificados. Agora é chegado o momento de reexaminar os princípios da Carta para aprofundá-las e dotá-las de um alcance maior em um novo documento.” (CARTA DE VENEZA, 1964).

Outras reuniões e congressos internacionais deram continuidade aos debates e as discussões a respeito dos bens patrimoniais. As cartas resultantes revelaram, portanto, as formas de pensar o espaço produzido pelo homem, tornando-se de fundamental relevância ao entendimento do processo de constituição das noções de patrimônio e de monumento tal qual marca o cotidiano das cidades e do campo na atualidade.

Segundo Choay (2001), os bens que compõem o patrimônio histórico podem ser divididos em móveis que compreendem os objetos artísticos e utilitários que juntos constituem um acervo de museu e os imóveis que correspondem às construções edificadas no espaço urbano ou rural. Os bens imóveis são os que mais se relacionam com a população em seu cotidiano, pois por sua característica fixa no solo, ele representa um marco territorial, uma referência à rotina da população, orientando os trajetos e dando uma sensação de segurança, identidade e vínculo entre o homem e seu espaço.

O conceito de patrimônio histórico e seus cuidados evoluíram com a sociedade, assim, demonstrando seu grau de aperfeiçoamento técnico científico e sua sensibilidade para com a própria história. A palavra patrimônio sempre esteve vinculada a bens materiais, mas atualmente este conceito tornou-se mais amplo, sendo utilizado em outras áreas, como a biologia, a genética, cultura e história, assim, se democratizando para a população como um todo.

Para justificar a importância, bem como a necessidade de defesa, a proteção e as formas de seleção dos bens patrimoniais, Fonseca (1997) elucida que o patrimônio histórico e artístico é uma referência da prática dos Estados modernos, em que determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Esses bens, pelo valor que lhes é atribuído, como manifestações culturais e, como símbolos da nação, passam a ser merecedores de proteção, visando a sua

transmissão para as gerações futuras. A autora ainda entende que as políticas de preservação se propõem a complexidade que envolve valores e representações subjetivas – tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos.

Ainda segundo Fonseca (1997), a ampliação da noção de patrimônio e a sua legitimação no campo dos direitos culturais fica evidenciada no século XX com a introdução patrimonial dos modos e costumes dos „esquecidos“ pela história factual, como a dos operários, camponeses, imigrantes e minorias étnicas. A cidade como construção social relaciona-se a representações e valores, ela é subordinada a um olhar determinado pela ótica das lideranças políticas, religiosas e econômicas e dos atores privilegiados no processo de produção da cidade.

Sanches (2003, p. 531) aponta que a representação da cidade “(...) encontra-se, portanto, subordinada à visão de mundo daqueles atores que se impõem nos processos de produção do espaço e que são ao mesmo tempo aqueles que ocupam posição privilegiada para enunciar uma intenção de cidade.” Portanto, a luta pela legitimação cultural se faz por uma série de práticas e discursos, travados nos mais amplos planos da realidade social, e desenvolvidos pelos diferentes tipos de conhecimento, que se materializam no espaço de maneira contraditória, cujos elementos podem servir de arcabouço para que se entenda a articulação de diferentes forças, interesses, ideologias e identidades por trás dos lugares.

A Carta de Veneza, foi concebida como uma orientação sobre a conservação e restauração de monumentos e de sítios históricos, tem extrema importância devido ao avanço conceitual de „bens culturais“ e a larga aceitação e internacionalização nas intervenções em áreas históricas. As recomendações da Carta de Veneza abriram caminho para a discussão da preservação dos „espaços“ que contém os monumentos, na atribuição de usos aos mesmos a fim de evitar seu „engessamento“, a carta também atribuiu aos monumentos „uma função social“. (TIBIRIÇA, 2004).

Antes de 1960 no Brasil apenas as cidades de Ouro Preto, Mariana, Serro, Tiradentes, São João Del Rei, Parati e Vassouras haviam sido tombadas a nível da federação como patrimônio histórico e cultural. Nesse sentido, Nigro (2005, p. 168) evidencia que

“No contexto das políticas preservacionistas, o caráter monumentalista perdura como hegemônico até a disseminação das renovações urbanas no Pós-Segunda Guerra Mundial. Naquele momento, surge e se difunde a noção de preservação dos centros históricos. As intenções de conservação e restauro começam a se direcionar a conjuntos de edificações localizados nas áreas centrais das cidades, onde simbolicamente sobressai a idéia de „origem“ histórica.”

Ainda nessa questão, Choay (2001), explica que o monumento histórico, termo criado em 1937 pela Comissão dos Monumentos Históricos da França, compreenderia os remanescentes da Antiguidade Clássica, as igrejas medievais e alguns castelos, enfim, as construções arqueológicas e da arquitetura erudita anteriores a Revolução Francesa. Esses monumentos isolados deveriam ser protegidos pelo Estado, de forma a contribuir para uma hierarquia classista do espaço urbano. Já o conceito de patrimônio histórico englobaria novas temporalidades como as edificações populares, urbanas e rurais, público ou privadas, utilitárias ou suntuosas sob a denominação de arquitetura menor (termo italiano para arquitetura privada não monumental), arquitetural vernacular (termo inglês para os edifícios locais) e arquitetura industrial (reconhecida pelos ingleses segundo os remanescentes da Revolução Industrial).

Os monumentos, fixados em um sítio, tem a função de preservar a identidade coletiva e sua evolução histórica. No entanto, essas formas passam a sofrer a degradação decorrente das intempéries climáticas, que ocasionam uma deterioração lenta e progressiva. Além desta degradação natural do tempo sobre o monumento, tem-se o mau uso, o abandono, a destruição e a substituição por uma construção mais nova.

A criação do Urbanismo também contribuiu para a mudança de perspectiva sobre o patrimônio histórico, uma vez que toda a cidade passa a representar um documento histórico, cujas formas deveriam ser objetos de investigação.

O patrimônio histórico edificado possibilita um contato direto com a história e identidade das classes sociais que habitam e freqüentam os centros urbanos, pois o indivíduo se conecta ao lugar através do sentimento de identificação histórica, uma vez que as tradições ensinadas ainda influenciam a vida cotidiana, para Mineo (2009) o patrimônio edificado serve como elo entre o homem, sua história e seu meio. Esta relação, quando bem explorada, pode ainda estimular o crescimento da economia local através do turismo.

Na lista atual do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o patrimônio histórico edificado não se limita mais as construções isoladas, mas as áreas extensas, como bairros, sítios urbanos, aldeias ou até uma região. No entanto, as políticas de conservação e tombamento do patrimônio histórico diferem em cada país segundo a respectiva legislação, e geralmente, esbarram nos direitos individuais de propriedade privada e no interesse público protegido pelo Estado ou estimulado pelos promotores imobiliários e pelo turismo.

Os bens patrimoniais listados pela UNESCO englobavam 21 países na década de 1970, quando foi criada e, vinte anos mais tarde já contava com mais de cem signatários, demonstrando a consagração mundial do patrimônio histórico e sua conservação.

“As verdadeiras dificuldades surgem quando se trata de dar uma destinação aos velhos edifícios religiosos, de culto ou conventuais, aos antigos palácios, palacetes particulares, hospitais, casernas, cavalaria, etc., que foram obras-primas da arquitetura pré-industrial. As funções ditas culturais (museus, bibliotecas, instituições escolares e universitárias, fundações) sofrem a concorrência das utilitárias, de prestígio (ministérios, sedes sociais, hotéis) ou comuns (escritórios, moradias, comércio), e os usuários públicos são substituídos pelo mercado privado. Em todos os casos, porém, os trabalhos às vezes proibitivo. É por isso que é difícil garantir que a reutilização seja rentável, o que em geral só se consegue em prejuízo da funcionalidade.” (CHOAY, 2001 p.221)

O patrimônio histórico merece valorização e conservação, pois representa a sociedade e seus desafios vividos, além de possuir qualidades estéticas e históricas que servem como registros dos caminhos e percalços que a população tem superado. Esses bens são testemunhos do passado para todas as classes sociais, possibilitando construir um retrato amplo da história local e de suas representações estéticas (Mineo; 2009). Para que esses bens deixem de ser vistos como algo morto, congelado em um passado distante, e passe a representar formas urbanas interessantes e instigantes para a população, eles precisam ser inseridos na dinâmica da vida cotidiana. Essa inserção começa com uma mudança de consciência para que haja a conservação destes espaços e assim, não se esgotem rapidamente. Para que isto ocorra, é necessário investir na educação em todos os seus níveis.

O trabalho de Mineo (2009) aponta para as sensações de transitoriedade e de insegurança na vida moderna e no modo de produção capitalista globalizado desestabilizam os alicerces que comandavam a vida social e a subjetividade. Somos

levados a buscar nos objetos e nas imagens os reflexos que temos de nós mesmos e da nossa origem, contribuindo para amenizar as consequências danosas da modernidade.

A memória coletiva é o meio de perceber o desenvolvimento da sociedade ao longo do tempo e como as mudanças estruturais do presente são resultantes da evolução histórica. Ao mesmo tempo em que a memória é determinada pelos acontecimentos do passado, ela acaba influenciando os rumos do presente, uma vez que a mesma determina a consciência social. Assim, a memória fornece as bases históricas a identidade sócio-cultural dos indivíduos, situando-os no arranjo global que o circundam.

Segundo Mesentier (1997), o patrimônio histórico-cultural não se associa somente a memória e aos conteúdos do passado histórico de uma sociedade, mas também possibilita entender o presente e os seus problemas, bem como vislumbrar a elaboração de projetos que os solucionem. Os bens patrimoniais fixam no território as lembranças coletivas da construção do espaço de forma seletiva, ou seja, apenas as obras conservadas no espaço urbano passam a nortear a memória de maneira transgeracional, revelando o caráter político e elitista do patrimônio.

O patrimônio histórico edificado não é uma obra artística para ser somente admirada: deve-se ter em mente que ele foi construído e utilizado para a habitação humana e é nesse sentido que o patrimônio interage com a sociedade, representando a sua história. Assim, as políticas urbanas têm uma variedade de ações que podem explorar o potencial do patrimônio edificado, desde sua forma arquitetônica simplesmente até o seu conteúdo identitário.

Para Corrêa (2007), o monumento e sua localização geográfica são carregados de sentidos políticos que contribuem para acirrar os conflitos sociais existentes, pois incorpora os significados do seu entorno e cria novos mais fortes. Uma vez estabelecido o monumento aumenta o potencial simbólico do lugar e inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar.

“Esse é um ponto importante porque o monumento pode incorporar os significados já atribuídos à sua localização. Ao mesmo tempo, esses significados em razão da presença de um dado monumento, podem ser fortalecidos, ampliando o potencial simbólico do lugar. Inversamente, a localização de um monumento pode minimizar ou reverter os significados atribuídos ao lugar, estabelecendo-se uma ambigüidade locacional. Assim,

a localização é parte integrante do planejamento de um monumento, seja templo ou não.” (CORREA, 2007, p. 19)

No Brasil o pensamento sobre as questões patrimoniais sempre esteve de certa forma articulado com aqueles que se produziam entre a elite pensante européia, sobretudo através das famosas reuniões e congressos de arquitetura, os quais tiveram nas cartas patrimoniais a produção de documentos que sintetizam e preconizam as políticas e ações referentes aos monumentos e estruturas históricas de interesse de preservação. “No Brasil, a temática, do patrimônio – expressa como preocupação com a salvação dos vestígios do passado da Nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumentos e objetos de valor histórico e artístico – começa a ser considerada politicamente relevante, implicando no envolvimento do Estado, a partir da década de vinte deste século XX.” (FONSECA, 1997, p. 85).

A criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), segue na década de 1930 o curso das amplas transformações nacionais desencadeadas. Essa fase é considerada por Fonseca (1997), à luz do contexto cultural da época, como “período histórico”. Nela é possível identificarmos algumas especialidades do movimento de preservação e dos ideais que passavam a regular as primeiras políticas institucionais brasileiras em relação à Europa ou Estados Unidos. Sobretudo porque os indivíduos que conduziam esse processo emergiam de bases não tradicionais, ou seja, despontavam cultural e profissionalmente com “posturas claramente inovadoras”.

O conceito de patrimônio histórico difere do de monumento, ainda que ambos tenham sido tratados como sinônimos até a década de 1960, no qual o monumento histórico é entendido atualmente como uma categoria de patrimônio histórico que, por sua vez, representa um conceito bem mais amplo.

O conceito de patrimônio histórico surge com o final da II Guerra Mundial, atrelado ao de herança e conservação. Este novo conceito abrange não só os monumentos da antiguidade, mas também os imóveis da história recente que possuem significado identitário e afetivo para a comunidade cada vez mais globalizada. A proteção aos monumentos históricos passa a ser concebida a nível internacional e em extensões maiores do sítio urbano, principalmente através da

militância de William Morris e John Ruskin, para os quais a restauração é uma utopia uma vez que a intervenção humana sobre um imóvel histórico, por mais cuidadosa que seja, o descaracteriza. O patrimônio histórico passou por diferentes conceitualizações ao longo dos séculos, mas manteve sua essência de constituir os bens do passado que devem ser conservados para as próximas gerações devido aos valores que imprimem no espaço geográfico. De acordo com cada conceitualização que recebeu, o monumento passou por novas formas de proteção, fato este que revela o pensamento de cada época.

O termo patrimônio, conforme Choay, sempre esteve associado “(...) às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito nômade (...)”. (CHOAY, 2001, p. 11). Além da tipologia ligada à idéia da herança de bens materiais comuns ao passado da comunidade, a idéia de patrimônio hoje designa uma série de outras referências, remetendo a uma mentalidade comum e significativa da cultura de massa. Como explica Choay (2001, p. 12), “quando criou-se, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, as três grandes categorias eram constituídas pelos remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. (...)”.

As áreas patrimoniais mais vastas, como ruas, bairros e sítios urbanos contribuem para a construção de identidades coletivas de forma democrática uma vez que englobam várias facetas do passado histórico onde todas as classes participaram de sua construção (Mineo; 2009). Essa democratização do patrimônio edificado contribui para a geração de um sentimento de urbanidade e civilidade entre as classes sociais, uma vez que todas estão reconhecidas e valorizadas em sua atuação no processo de produção do espaço urbano.

A conservação do patrimônio histórico pelo seu valor artístico-cultural tem sido objeto da privatização desses bens, transformando-os a luz das atividades vinculadas ao turismo, o que contribui para aumentar as desigualdades sociais e segregação da área urbana. No entanto, a conservação do patrimônio com intenção de valorizar as identidades e memórias sociais, possibilita a democratização do espaço público e a construção da cidadania, bem como projeta a sociedade em direção ao futuro (MINEO; 2009).

1.1 A proteção do patrimônio histórico

A seguir serão detalhadas algumas medidas importantes de proteção do patrimônio histórico em nível internacional e nacional. Desde seu surgimento no século XV em Roma, sob a designação de antiguidades, o patrimônio móvel e imóvel carregados de valores artísticos e históricos, implicavam na criação de medidas que regulamentassem a sua conservação, foi assim que o clero, impulsionado pela admiração e pela conveniência financeira em aproveitar tais espaços, inicia um processo de desobstrução e restauração das grandes construções clássicas, agindo de acordo com seus pressupostos sobre a antiguidade romana.

Já na França, em meados do século XIX, as antiguidades inertes no espaço urbano foram batizadas de monumentos históricos e grandes pensadores ingleses e franceses começaram a se voltar para as medidas de proteção dessas obras. A esses monumentos históricos foram atribuídos alguns valores de identidade nacional devido a consolidação dos Estados nacionais na Europa. Nesta época o monumento histórico era visto como uma obstrução ao desenvolvimento, podemos usar como exemplo a cidade de Paris, que sob as medidas de Georges-Eugène Haussmann, que teve sua estrutura intensamente transformada, pois a cidade havia crescido desordenadamente e se transformou em um grande centro urbano.

Segundo Giedion (2004), o projeto de Haussmann incluía a adoção de quatro estratégias principais, dentre elas: o isolamento dos grandes monumentos históricos de forma a destruir o seu entorno e assim, facilitar o acesso para a população e a defesa pública; o saneamento urbano com a destruição de ruas infectadas e os focos de epidemia; a manutenção da segurança pública a partir da criação de grandes avenidas “boulevards” dotadas de maior iluminação e ventilação; e por fim a criação de artérias para o tráfego ferroviário, agilizando o transporte de pessoas e mercadorias. As medidas de Haussmann foram copiadas por vários planejadores urbanos pelo mundo afora, acabando por destruir importantes áreas patrimoniais em prol dos interesses da vida moderna como o tráfego e a segurança pública.

No início do século XX, os problemas urbanos aumentaram ainda mais devido ao crescimento demográfico, ao crescimento da atividade industrial e a introdução dos veículos. Neste momento era urgente a definição de um planejamento para as cidades, é neste contexto que surgem os CIAM, que foram fundados para proteger

os direitos dos arquitetos modernos sobre os já consolidados círculos arquitetônicos oficiais que monopolizavam os principais empreendimentos construtivos. (GIEDION, 2004).

O IV CIAM foi realizado em 1933 no percurso entre Marselha e Atenas, e também, em Atenas. Esse congresso foi o mais longo e produtivo dos CIAM, no qual foram realizados estudos de caso de 33 cidades ao redor do mundo, e ademais, foram estabelecidas as bases para o planejamento urbano contemporâneo. Com base nesses estudos, os participantes redigiram a Carta de Atenas, documento que norteou o planejamento urbano para as próximas décadas. (GIEDION, 2004).

Segundo a Carta de Atenas (IPHAN, 2008), a cidade é uma pequena pátria que comporta valores morais. Tais valores estão impressos em suas construções históricas que deverão ser respeitadas, primeiramente pelo seu valor histórico e sentimental, e também por seu valor estético. Os monumentos históricos fazem parte do patrimônio humano, sendo os seus proprietários responsáveis pela sua preservação para as futuras gerações.

A Carta afirma ainda que, quando for necessário, um imóvel poderá ser transplantado para novas localidades, caso a sua posição estiver obstruindo outras atividades. Assim, o culto ao passado deve ser dosado e se adequar primeiramente à salubridade e ao bem-estar social. Porém, quando se tratarem de obras excepcionais, de alto valor arquitetônico, as vias de circulação deverão desviar dos monumentos ao invés de suprimi-lo, ou, se necessário, deverá ser desviada toda a atividade para ceder lugar aos monumentos. Por fim, quando for necessária a demolição de cortiços e áreas insalubres no entorno dos monumentos, estas áreas deverão ser substituídas por áreas verdes.

Sobre a restauração dos monumentos, a carta afirma:

“As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se a mentira, é erigir o „falso“ como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o „falso“ ao „verdadeiro“, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.” (IPHAN, 2008:27)

As funções básicas da cidade previstas na Carta de Atenas eram convenientes para um planejamento urbano preliminar, porém em 1951, no IX CIAM em Londres, essas noções tornaram-se insuficientes e o papel das cidades começava a ser discutido. (GIEDION, 2004).

Segundo Ferreira (2000), o urbanismo racionalista previsto pela Carta de Atenas começa a ser criticado a partir da década de 1960, sobretudo com relação ao seu zoneamento funcional, que segregava as áreas em razão de sua especialidade funcional: habitação (subúrbios) e trabalho e lazer (centros), distanciando a moradia do trabalho e lazer, e por isso, gerando vários transtornos sociais. O centro da cidade passa a ser visto não só como local de trabalho e lazer, mas também como o local da representação simbólica dos valores éticos e culturais da sociedade em seu cotidiano.

Para Mineo (2009), o interesse dos urbanistas e arquitetos pelo centro da cidade surge na Europa após a Segunda Guerra Mundial, quando estas áreas encontravam-se devastadas e havia uma necessidade de reconstruir total ou parcialmente a região. Essas cidades foram reerguidas de acordo com as diretrizes da Carta de Atenas, na qual apenas os monumentos históricos e artísticos datados antes da Revolução Industrial foram valorizados. O patrimônio histórico edificado é alvo da destruição contínua, uma vez que era visto como um empecilho ao desenvolvimento e progresso econômico.

Em 1964, foi realizado o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos (ICOMOS), em Veneza, que culminou na elaboração do documento intitulado Carta de Veneza. A noção de monumento histórico, segundo a carta, extrapola os grandes edifícios históricos como na Carta de Atenas, passando a compreender as áreas mais extensas do sítio rural e urbano, incorporando inclusive as obras arquitetônicas mais modestas que são dotadas de significado cultural para a população.

Segundo a Carta de Veneza (IPHAN, 2008:1):

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.”

Assim, com a Carta de Veneza, o patrimônio edificado passou a englobar áreas mais extensas do tecido urbano, principalmente as áreas centrais e as obras posteriores à Revolução Industrial, dando diretrizes para a sua proteção que passa a ser regulada por entidades internacionais.

Em 1968, foi realizada em Paris a XV Conferência Geral das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que elaborou uma recomendação com os critérios para a salvaguarda dos bens culturais ameaçados por obras, intitulada Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas. Esse documento conceitua os culturais imóveis, como: sítios históricos, arqueológicos, científicos e as edificações ou outros bens de valor histórico, científico, artístico ou arquitetônico, religioso ou secular, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuem valor etnológico.

Para estimular a proteção dos bens culturais imóveis, a recomendação prevê medidas como: a diminuição dos impostos aos proprietários, a criação de um fundo ou orçamento destinado a subsidiar as manutenções ou re-funcionalizações adequadas a essas edificações. Nesta mesma perspectiva, os Estados Membros deverão criar organismos oficiais apropriados, cabendo-lhes a fiscalização e punição dos proprietários que deterioraram os bens culturais, dando-lhes instruções sobre como procederem com os reparos e restaurações, e oferecendo-lhes auxílio técnico ou financeiro disponível. Por fim, os Estados devem encorajar a criação de projetos e programas que visem à conscientização e informação da população local sobre os bens culturais ameaçados por obras.

No Brasil, as políticas de preservação do patrimônio cultural se iniciam com o Decreto-lei nº25 de 30 de novembro de 1937, que define o patrimônio histórico e artístico nacional enquanto bens móveis e imóveis, nos quais a conservação tenha importância para a história nacional ou pelo caráter arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Segundo o Decreto-lei, o tombamento de um imóvel compete ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que deverá transcrever o imóvel em livro de registro e averbá-lo ao lado da transcrição do domínio. Assim, o bem tombado não poderá ser destruído, demolido ou mutilado sem prévia autorização do SPHAN sob pena de multa, devendo o proprietário encaminhar a tal entidade notificação sobre a necessidade de obras de manutenção ou reparo quando o

mesmo for incapaz de realizá-lo. O SPHAN torna-se o responsável por inspecionar e fiscalizar os bens tombados, quando assim o desejar, sob pena de multa aos proprietários que se opuserem, e quando for necessária a alienação do imóvel tombado, o mesmo ficará ao cargo da União, Estado e município, respectivamente.

Em 1964, a ditadura militar se instalou no Brasil e os bens artísticos e culturais passam a ser associados a uma forma de desenvolver economicamente o território nacional com o turismo. Assim, foi criada em 1966 a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que busca a princípio, divulgar no exterior uma imagem cultural e política do nosso país, como sendo um lugar democrático e festivo. O patrimônio arquitetônico participa dessa consolidação da imagem nacional, uma vez que os bens selecionados para o tombamento representam uma tentativa de expressar a identidade e a tradição brasileira. No entanto, verifica-se que os imóveis históricos tombados contribuem para a legitimação ideológica e política da classe dominante no território nacional. (COSTA, 2005).

Segundo Vieira (2002), os Decretos-Leis nº 25/1937 e 149/1969 da legislação federal e estadual, respectivamente, definem e protegem o patrimônio histórico e artístico do tipo móvel e imóvel nacional de interesse público, que possua uma ligação a fatos históricos brasileiros e por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Os imóveis protegidos por lei variam de tamanho e estrutura, podendo ser apenas um edifício isolado como um monumento, um palacete, um templo, ou então ruas, viadutos ou vilas que representem marcos da ação humana no espaço urbano.

Em 1987, ficou definido no I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos que a cidade como um todo é um organismo histórico e sua preservação não deve restringir o uso desses espaços, mas diversificá-lo e inseri-lo nas atividades cotidianas da produção urbana. Ademais, sugere, haja vista o grande déficit habitacional do Brasil, que o patrimônio edificado seja ocupado primordialmente pela habitação, quando for respeitada a heterogeneidade da área central, garantindo assim, a permanência da população local nestes espaços junto com as suas atividades tradicionais. (ICOMOS, 1987).

A Constituição da República Federativa do Brasil é formulada em 1988 e em seu parágrafo 23, delega a União, Estados, Distrito Federal e municípios, a proteção do patrimônio histórico-cultural, através de suas legislações específicas, impedindo

sua evasão, destruição e descaracterização, a fim de promover os meios de acesso a cultura, educação e ciência.

Em seu artigo 216, a lei define o patrimônio cultural brasileiro:

“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens da natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Outra medida que fomenta o desenvolvimento cultural brasileiro é a Lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet. De acordo com a lei, os investimentos nas diversas formas de expressão culturais nacionais possibilitam um abatimento de 6% do imposto de renda para as pessoas físicas e 4% para as pessoas jurídicas.

No trabalho de Mineo (2009), é citado que as cidades, principalmente as localizadas em países de industrialização recente que sofreram um rápido e violento processo de urbanização, possuem áreas centrais degradadas pelas mudanças do capitalismo. Esses centros urbanos são alvos de projetos de revitalização que ora, se apropriam de áreas mais extensas, ora se apropriam apenas de alguns edifícios pontuais. Assim, o espaço urbano comporta a co-existência de múltiplas temporalidades em suas formas, pois se aproveita das formas antigas adaptando-as aos novos modos de produção.

Para Freitag (2003), as cidades brasileiras históricas, em sua origem, foram erguidas no período colonial para serem destruídas e revitalizadas na modernidade de acordo com os critérios de higienização (O. Cruz e Pereira Passos), embelezamento (C. Sitte) e funcionalidade (Hausman). Assim, a estrutura dessas cidades se adaptou as inovações dos meios de transporte, do saneamento básico e da verticalização, contribuindo para a perda de seu patrimônio histórico. Essas cidades estão recentemente voltando seus olhares para os edifícios e áreas históricas, procurando revitalizar esses espaços e preservá-los para o futuro. No entanto, percebe-se que as iniciativas são pontuais e isoladas, sem valorizar o conjunto da “substância urbana” histórica, o que demonstra uma falta de consciência

a cerca da importância dessas construções em uma época em que quase todos esses espaços já foram destruídos pela modernidade homogeneizante.

No Brasil, a revitalização de áreas urbanas é um fenômeno recente devido a pouca idade de nossas cidades e a recente incorporação desses valores na cultura local. Porém, as políticas públicas de conservação do patrimônio histórico não são ingênuas: na verdade, elas tem um objetivo – nem sempre claro – de transformação desses espaços em mercadorias para o consumo através do turismo. (VIEIRA, 2002).

O processo de conservação e revitalização das áreas urbanas, de interesse histórico e artístico, tem provocado uma valorização financeira desses espaços, o que contribui para a vinda de pessoas de poder aquisitivo mais elevado do que aquelas que residiam nessas áreas anteriormente. Juntamente com esse fenômeno, observa-se a transformação dessas áreas, muitas vezes residenciais, em comércio e assim, provocando um esvaziamento demográfico do local. (FERREIRA, 2000).

A revitalização das áreas históricas é uma alternativa para a manutenção das características locais do espaço urbano e permite a sua exploração pela economia globalizante (Mineo;2009). Portanto, preservar a memória urbana não significa uma resistência ao capitalismo, mas antes uma possibilidade de se afirmar a identidade do lugar, usando-a possivelmente, como estratégia de lucro. Esses espaços revitalizados irão aparecer como novas mercadorias de consumo a partir da transformação de suas velhas formas pela nova divisão do trabalho (Mineo; 2009).

Segundo Vieira (2002: 14-5),

“A revalorização de espaços antigos, bairros, ruas, prédios, fachadas, enfim, formas materiais de outros tempos, tem bem o significado da re-produção. Não são elementos novos, criados no presente, mas também não são o retorno de elementos antigos, criados no passado. São, a um só tempo, a utilização do passado e do presente. Uma nova maneira de utilizar do passado e do presente. Uma nova maneira de utilizar os velhos espaços, para fins diversos daqueles que justificaram as suas construções, mas mantendo a mesma essência do lugar, manifesta nos elementos dominantes de representação do Poder, ou sua contestação.”

O processo de revitalização urbana segue, praticamente, uma forma básica, copiada no mundo todo: patrimonialização da área, estetização, espetacularização, padronização dos espaços e a gentrificação (elitização do espaço). (JEUDY, 2005 apud ARAUJO, M. de; ALMEIDA, M. G. 2007). No entanto, esse processo deve ocorrer com a participação popular e demonstrando o respeito pela cultura local,

para que não se torne uma ação externa, impositiva e sem sentido para a comunidade.

Como afirma Smith (2006, p. 73):

“A gentrificação produz agora paisagens urbanas que as classes médias e médias altas podem „consumir” – uma vez que os sem teto foram rapidamente evacuados – e que contribuem para a formação de identidades de classe através de um espectro de classes significativo, ainda que de maneiras muito diferenciadas.”

O tombamento pode ocorrer em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em nível estadual pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) e pelas prefeituras municipais com a adoção de uma legislação específica ou condizente com a federal.

O processo de gentrificação consiste na melhoria da infraestrutura do bairro histórico, atraindo investimentos e especulação imobiliária. No entanto, este processo é acompanhado pela expulsão da população residente para outros locais devido ao aumento do valor do solo e a instalação de atividades comerciais e turísticas. Os projetos de gentrificação foram bastante utilizados na Europa com seus bairros antigos e industriais que se encontravam abandonados, promovendo a melhoria estética dos mesmos, sem a inclusão da população residente. (IAOCHITE, 2005).

As atuais políticas urbanas devem ser capazes de aliar as formas históricas não só com os interesses econômicos, mas com a possibilidade de construção de uma identidade sólida e consciente de sua história e de seu papel na contemporaneidade, pois segundo Hewison (apud HARVEY, 2002: 85):

“O impulso de preservar o passado é parte do impulso de preservar o eu. Sem saber onde estivermos, é difícil saber para onde estamos indo. O passado é o fundamento da identidade individual e coletiva; objetos do passado são a fonte da significação como símbolos culturais. A continuidade entre passado e presente cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados nos permite lidar com a inovação e a decadência.”

Seguindo esta lógica, encontramos a relação dialética dos espaços locais com suas qualidades estéticas, históricas e culturais próprias e o capitalismo global que utiliza dessas particularidades para garantir a sua renda monopolista. No entanto,

este processo de mercantilização dos bens culturais perpassa por questões referentes a preservação da memória coletiva local e de sua identidade, uma vez perdidas essas características, dificilmente o local continuará a ser visitado.

Mineo (2009) destaca que é necessário aliar os interesses econômicos do capital monopolista global com a administração pública que deverá sempre se opor a banalização de seu espaço. Assim, as cidades devem realçar as suas diferenças locais, permitindo a sua reprodução para que se tornem lugares interessantes para se viver e se consumir. Uma vez valorizadas, as características locais das cidades se tornam palco para a construção de um tipo diferente de globalização em que há uma apropriação da sociedade sobre seu tempo e espaço.

O patrimônio histórico presente no espaço urbano está inserido dentro de uma nova articulação entre o local e o global, já que a expansão dos mercados pelo mundo e sua conseqüente homogeneização, acaba dependendo das diferenças de cada localidade (HALL, 2006). Assim, torna-se necessário promover a conservação desse patrimônio para que ele continue exercendo a sua função histórica, cultural e econômica, em conjunto com a conscientização da população sobre a sua identidade e memória.

Para Costa (2005), a patrimonialização dos edifícios históricos altera os percursos as trajetórias e os lugares, uma vez que estes bens passam a gozar de uma maior notoriedade no espaço urbano. Uma vez tombados, esses imóveis deixam de representar somente a identidade, tradição e cultura local, para estabelecer novos valores vinculados ao consumo. Os novos valores econômicos que os imóveis passam a vincular são legitimados pelas políticas públicas de preservação que dão suporte as atividades urbanas relacionadas.

Os novos percursos, trajetórias e lugares criados pelo patrimônio se relacionam principalmente com dois grupos distintos: a população local e os turistas, cada um com suas necessidades, definindo uma subordinação dos trajetos percorridos aos pontos patrimoniais, diferentemente dos pontos vazios de sentidos que se condicionam aos trajetos urbanos. Os espaços recriados pelas políticas de patrimônio necessitam de novos atores sociais que zelem pelos mesmos, mas o que se verifica, na maioria das cidades brasileiras, é uma ausência de consciência e de práticas públicas e privadas. Em seu trabalho, Mineo (2009), diz que:

“A conservação do patrimônio edificado possui a dupla função de preservar a memória da cidade e contribuir para a geração de divisas através do turismo. Esse duplo caráter do patrimônio encontra-se em contradição, pois uma vez conservados, os edifícios serão consumidos e degradados pelas atividades associadas ao turismo, o que implica na necessidade de mantê-lo em estado de conservação para perpetuar tal atividade. Nas condições atuais o patrimônio histórico representa uma referência de identidade e história dos indivíduos com o lugar, transmitindo segurança e uma sensação de pertencimento. Assim, as políticas de conservação do patrimônio histórico colaboram para que a sociedade local possa perceber e conceber a si própria ao longo de sua história e possa vislumbrar os rumos pelos quais está tomando.” (MINEO, p. 137, 2009).

CAPÍTULO II – De sanatório a parque: história e mudanças.

A preocupação com o patrimônio histórico é recente na história da civilização humana, principalmente no Brasil, que foi colônia por quatro séculos e cujos detentores do poder sempre valorizaram mais os bens culturais europeus que os seus. Apenas em meados do século XX é que o conceito de patrimônio histórico começa a se estender para os bens do passado recente e para as diversas formas de manifestações culturais, época na qual foram elaboradas medidas internacionais de conservação e de restauração. A demora na preocupação com o patrimônio nacional fez com que grande parte deste já se encontrasse destruído. Outro fator que contribuiu para a destruição do patrimônio histórico edificado nacional foi o rápido crescimento demográfico urbano, a partir de meados do século XX, facilitados pelo êxodo rural e pelas migrações. Cumpre ressaltar que as principais rodovias que cortam o território nacional datam deste período.

Esta pesquisa visa contribuir para a elaboração de projetos de conservação do patrimônio histórico arquitetônico de São José dos Campos, foi selecionado o edifício do antigo Sanatório Vicentina Aranha, localizado na área central. Para realizar o levantamento histórico deste imóvel foi feita uma pesquisa nos arquivos da Biblioteca Pública “Cassiano Ricardo”, da Biblioteca Central da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) – Urbanova, através de livros, jornais e fotos históricas. Além deste levantamento histórico foi realizado um trabalho de campo no edifício com registro fotográfico, a fim de obter uma caracterização das condições atuais do imóvel. As informações coletadas foram agrupadas e serão relatadas a seguir.

2.1 Breve relato sobre a história de São José dos Campos.

Parte do que hoje é território joseense teria sido ocupado por uma fazenda de gado às margens do Rio Comprido, hoje divisa natural entre São José dos Campos e Jacareí, por padres jesuítas no final do século XVI a partir da concessão de sesmarias. A criação de fazendas era um artifício usado pelos jesuítas para evitar uma maior intervenção por parte de Portugal.

A legislação de 1611, que regulamentava a administração de aldeamentos de índios dispersos, administrados por religiosos, transformou oficialmente a fazenda em missão de catequese. Os colonos paulistas viram-se então prejudicados, pois

dependiam da exploração da mão de obra escrava indígena, o que culminou no conflito em que os jesuítas foram expulsos e os aldeãos espalhados.

Os jesuítas retornariam alguns anos mais tarde, instalando-se em uma planície a 15 quilômetros da antiga aldeia, onde fica hoje o centro da cidade. Do novo local tinha-se uma visão privilegiada da área que cercava a aldeia, garantindo maior segurança contra invasões, enchentes, permitindo boa ventilação e insolação. Mesmo sendo uma nova missão, era oficialmente tratada como fazenda de gado. Sabe-se ainda que a organização urbana no plano teórico e prático da aldeia é obra atribuída ao padre jesuíta Manoel de Leão, cuja principal ocupação era a de administrador. Em São Paulo desde 1663, ele estava à frente das fazendas mais remotas. Entre estas, figurava o aldeamento em solo joesense.

Nos documentos, a aldeia aparece com o nome de Residência do Paraíba do Sul, em 1692, e Residência de São José, em 1696. Com a descoberta de ouro nas minas gerais, no início do século XVIII, o aldeamento passa por sérias dificuldades por causa da saída de mão de obra para o trabalho na mineração.

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, todos os bens dessa ordem religiosa – como fazendas, colégios e aldeias – passaram para a custódia da monarquia portuguesa. Esta determinou ao governador da província, Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, a incumbência de tornar produtivas as novas propriedades da Coroa, entendendo-se como tal a necessidade de ampliar a arrecadação de impostos. Morgado de Mateus recebeu a permissão do vice-rei para criar freguesias e vilas, pois assim poderiam ser tributadas.

Em julho de 1767, ainda antes de se tornar freguesia, a aldeia foi elevada a categoria de Vila, com a denominação de São José do Paraíba. Levantou-se, então, o pelourinho na atual rua Vilaça, próximo ao cemitério, e procedeu-se à eleição da Câmara, o que caracterizava a nova condição. A emancipação a categoria de Vila não foi um fator determinante para o desenvolvimento local, pois por muitos anos quase nenhum progresso foi notado. A principal dificuldade apontada era o fato de a Estrada Real passar fora dos domínios da Vila.

Em meados do século XIX, São José do Paraíba já demonstrava alguns sinais de crescimento econômico, com a evolução da agricultura. Em 1864, a Vila foi elevada à categoria de cidade e em 1871 recebeu a denominação de São José dos Campos. Isso se deve, em parte, a expressiva produção de algodão, atingida

durante a década de 1860 que era quase toda absorvida pelo mercado inglês. Também o desenvolvimento quase simultâneo da cultura cafeeira no Vale do Paraíba contribuiu para esse surto de progresso pelo qual passou o município.

Apesar de São José ter ocupado posição periférica no contexto valeparaíbano nesse período, em 1886 atingiu o auge produtivo, quando a cidade era servida pela estrada de ferro, que fora inaugurada em 1877, mantendo ainda alguma expressão até por volta de 1930. A pecuária leiteira começou a ser introduzida com mais intensidade a partir de 1918, após uma grande geada ocorrida no município, e vem se mantendo com relativa importância até a atualidade.

No início do século XX, começou a tornar-se perceptível a procura de São José dos Campos para o tratamento de Tuberculose, devido as condições climáticas supostamente favoráveis. Gradativamente, foi criada uma estrutura de atendimento, com a construção de pensões e repúblicas. Em 1924, foi inaugurado o Sanatório Vicentina Aranha, o maior do país na época. Com a transformação em instância climatérica e hidromineral, em 1935, o município pode investir em infraestrutura, principalmente na área de saneamento básico. No futuro, isso viria a ser de grande importância para a atração de investimentos destinados ao desenvolvimento industrial, que começa a se acentuar a partir do declínio da função senatorial da cidade, pois a tuberculose passou a receber tratamento ambulatorial com o advento da penicilina, na década de 1940.

Durante o período de 1935 a 1959, a cidade foi administrada por prefeitos sanitaristas, nomeados pelo Governo Federal. Em 1958, São José dos Campos ganhou autonomia política, que foi perdida em 1967 e novamente recuperada em 1977. Na intenção de atrair investimentos industriais para a cidade, a Lei Municipal 4, de 13 de maio de 1920, concedia isenção de impostos por um período de 25 anos e terreno gratuito. A primeira empresa a se beneficiar foi a Fábrica de Louças Santo Eugênio, inaugurada em 1924, e situada na atual Avenida Nelson D'Ávila. Em 1925 foi instalada a Tecelagem Parahyba, especializada em brim, que depois se transformou em fábrica de cobertores.

No entanto, o processo de industrialização só tomou impulso com a instalação do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1950, além da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951. Isso permitiu acesso mais rápido para o Rio de Janeiro e São Paulo, os maiores centros industrializados

do país, que já apresentavam alguns sinais de saturação. Esses fatores foram preponderantes para a atração de indústrias de grande porte nas décadas de 1960 e 1970 para a região.

A criação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 1961, e o aprimoramento da estrutura educacional no município consolidaram São José dos Campos como um polo científico e tecnológico formador de mão de obra especializada, o que viabilizou a instalação de empresas nacionais de base tecnológica nos ramos aeroespacial, bélico, eletrônico, automobilístico, farmacêutico e de telecomunicações.

O processo de industrialização fez com que São José experimentasse um intenso crescimento demográfico, que acelerou a urbanização e causou problemas, como a ocupação irregular das áreas urbanas e rurais. No final da década de 1980, o município passou por uma grave crise na economia, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho, com a queda da arrecadação e diminuição dos investimentos nos setores público e privado. Já em meados da década de seguinte com a estabilidade alcançada no país, São José dos Campos voltou a receber investimentos privados e apresentar sinais de crescimento econômico.

A posição estratégica em relação as duas maiores regiões metropolitanas do país e a proximidade do Porto de São Sebastião e da Serra da Mantiqueira vêm consolidando São José dos Campos como um centro regional de compras e serviços que atende o Vale do Paraíba, Litoral Norte e Sul de Minas Gerais, cuja população é de mais de 2 milhões de habitantes.

São José dos Campos está localizada no Vale do Paraíba, em São Paulo, na região sudeste do Brasil. Tem dois distritos: Eugenio de Melo e São Francisco Xavier.

Área 1.099,60km² (IBGE)

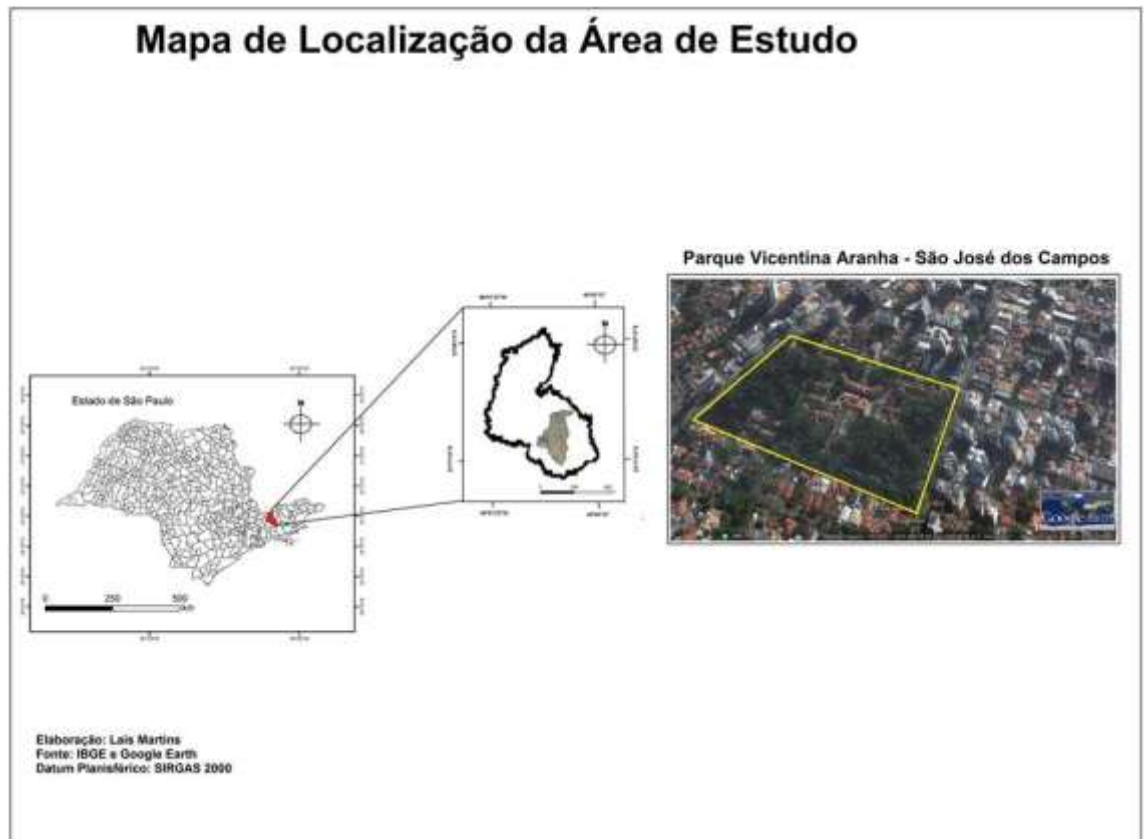


Figura 1: Mapa de localização de São José dos Campos, no Estado de São Paulo.

A área do município situa-se no planalto atlântico e inclui subdivisões naturais em zonas, determinadas por feições morfológicas distintas: Serra da Mantiqueira, Médio Vale do Paraíba e Planalto de Paraitinga.

A vegetação nativa remanescente de mata atlântica nas encostas, nos esporões e nas posições de cumeeira da Serra da Mantiqueira, principalmente em São Francisco Xavier. Ocorre também em trechos que acompanham as margens do Rio Paraíba do Sul e dos principais afluentes, nas denominadas matas ciliares. Existem algumas manchas de cerrado na região sul do município, no Torrão de Ouro

O clima da cidade é mesotérmico úmido com estação seca no inverno.

Em São José dos Campos ocorre uma grande diversidade de rochas. Estão presentes litologias do embasamento cristalino, atribuídas aos grupos Paraíba e Açungui, na porção norte e extremo sul do município. Sedimentos terciários do grupo Taubaté ocorrem ao centro-sul (zona do Médio Vale do Paraíba). Sedimentos aluvionares recentes são significativos ao longo das calhas dos rios Paraíba do Sul e Buquira e mais restritos às drenagens dos rios Jaguari, Comprido, Vidoca, Putins,

Alambari, Pararangaba e da Divisa.

2.2 Sanatório Vicentina Aranha

Durante o século XIX a Tuberculose assolava e vitimava o mundo, no Brasil havia se tornada endêmica durante esse período a situação começou a melhorar em 1952. Os tuberculosos eram encaminhados aos hospitais somente quando estavam incapazes de valerem-se pôr si próprios e requeriam cuidados constantes, Nestes casos eram encaminhados as enfermarias anexas aos hospitais, cujas condições eram de precariedade. Antigamente a tuberculose era denominada de “peste branca”, devido ao grande número de mortes ocorridas. Como havia também falta de locais apropriados para o cuidado específico que a doença exigia, foram feitas campanhas para a construção de pavilhões isolados e sanatórios, exclusivos para tuberculosos, como vinha acontecendo na Europa.

Por causa do clima favorável de São José dos Campos, a cidade foi escolhida para sediar a construção de um sanatório, que se tornaria o maior da América Latina o Sanatório Vicentina Aranha.



Figura 2: Sanatório Vicentina Aranha, pavilhão central.

Fonte: Arquivo da Fundação Cultural Cassiano Ricardo.

Em 1907, o vereador José Sidney propôs a doação de um terreno, com isenção de imposto predial, a quem aceitasse construir um sanatório na zona urbana da cidade. Em 1914, a Lei n.º 54 autoriza a municipalidade a entregar 3:000\$000 réis à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo para a aquisição de um terreno em São José dos Campos para a construção de um sanatório, que serviria para o tratamento de tuberculose.

A área para a construção do sanatório era de 532.400 m², o processo de compra do terreno foi lavrado em escritura no dia 28 de maio de 1918, no livro 39, fls. 83/84, das notas do 2º Tabelião de São José dos Campos e devidamente registrada sob n.º 3.824, Lv. 3ª, Fls. 153/154 do Registro de Imóvel em 05 de junho de 1918, pelo valor de 5:000\$000 réis, adquirida pela Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Mais tarde, quando ocorreu a inauguração, o nome do sanatório foi dedicado a Sra. Vicentina Aranha, que trabalhou durante toda a sua vida em prol dos tuberculosos, e do próprio sanatório, ajudando a levantar fundos para sua construção e morreu sem ver seu sonho completamente realizado.

No dia 15 de agosto de 1899 surgiu em São José dos Campos o primeiro estabelecimento prestador de serviços de saúde, era fundada a Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, que passou a atender grande número de pacientes, entre eles: religiosos, tropeiros, viajantes e a própria população local, como o número de pessoas contaminadas pela tuberculose era grande, foram criadas vagas residenciais, ou seja, famílias que já possuíam doentes, acolhiam outros doentes em suas residências.

No ano de 1903, Sra. Vicentina de Souza de Queiroz Aranha, ilustre dama da sociedade paulista, esposa do então senador Dr. Olavo Egydio de Souza Aranha, ao visitar o hospital Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, observou a situação dos tuberculosos que ali se encontravam: estavam instalados em quartos úmidos e mal ventilados. Sra. Vicentina Aranha participava do Club Internacional e por sugestão de seus membros realizaram campanhas afim de melhorar a situação e o atendimento desses doentes.

Com as primeiras contribuições foi construído uma pavilhão junto a Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos, para onde foram transferidos os tuberculosos, este pavilhão foi inaugurado em 21 de setembro de 1905.

São José dos Campos era uma cidade procurada pelos doentes pulmonares em busca de tratamento, desde o final do século XIX, devido ao clima favorável para a cura. Contudo, a cidade contava apenas com pensões e casas para a acomodação dos doentes, mas a falta de higiene e desinfecção nas pensões era um fato que causava descontentamento a população. Sendo São José dos Campos considerada um local propício à cura dos doentes, a Sra. Vicentina Aranha mobilizou a sociedade paulista com suas campanhas para contribuir com a construção de um local de tratamento de tuberculosos.

Em 1914, a Sra. Vicentina Aranha veio a falecer, mesmo depois de sua morte a campanha para a construção do sanatório prosseguiu. No dia 21 de abril de 1924, o Sanatório Vicentina Aranha foi inaugurado, com a presença de uma ilustre comitiva política, encabeçada pelo presidente do Estado Washington Luís.

O Sanatório Vicentina Aranha era o primeiro estabelecimento para o tratamento de tuberculosos no Brasil e o maior do gênero durante muitos anos, tendo inicialmente 60 leitos para pensionistas e 80 leitos para indigentes.

Durante três décadas (1920-1950) São José dos Campos conviveu com uma dualidade de sentimentos em relação à cidade, terra de bons ares para o tratamento da tuberculose, mas contaminada pela presença dos doentes. A aceitação da sociedade joseense de sua vocação senatorial não foi pacífica. O medo da contaminação levou a que se criasse uma relação ambígua entre morador local e o forasteiro, geralmente, o tuberculoso.

A inauguração do sanatório Vicentina Aranha, em 1924, foi um marco na mudança dessa mentalidade. Desenvolveu-se uma visão mais real do perigo do contágio e passou-se a valorizar o potencial de crescimento econômico que os doentes podiam trazer para São José dos Campos, mas o medo permaneceu.

O espaço social do doente continuou sendo colocado em questão pelas constantes polêmicas que surgiam a respeito do perigo da contaminação. Estabeleceu-se uma hierarquia dos espaços da cidade, havia uma proibição explícita e consensual de que os doentes não podiam frequentar bares, hotéis, enfim locais públicos, onde o perigo de contágio era “maior” para a sociedade.

A autoridade médica mantinha o tuberculoso sob controle. Como o custo da implantação dos sanatórios era alto, a maioria dos doentes acabava alojada nas pensões. Estas eram constantemente denunciadas como focos de contaminação, mas acabavam sendo aceitas como um mal menor. A carência econômica de muitos

doentes os obrigava a se associarem em repúblicas. As repúblicas eram consideradas um perigo maior ainda do que as pensões, pois nestas os cuidados estavam nas mãos dos próprios doentes. Já nas pensões apesar da maioria dos donos serem ex-doentes, o controle social sobre o doente era muito maior.

Para a comunidade não tuberculosa o grande perigo provinha dos doentes indigentes, que chegavam e ficavam vagando pela cidade sem nenhum controle. O indigente tuberculoso era o aspecto mên visível da “Tepelândia” (nome tirado das iniciais da tuberculose pulmonar T.P.). Houve um sanatório criado especialmente para o tratamento de indigentes tuberculosos, o sanatório Adhemar de Barros I, inaugurado no ano de 1938, situado á rua Afonso Cesar de Siqueira, 106, com o apoio da Liga de Assistência Social e Controle a Tuberculose, instituição surgida em função da doença e dos dilemas sociais a ela inerentes. Estava localizado próximo ao Hospital Vicentina Aranha, no cruzamento da Avenida Nove de julho com a Rua Afonso Cesar de Siqueira. Em 1957 sua capacidade era de 110 leitos, sua arquitetura esteticamente era muito simples.

O advogado Altino Bondesan, em uma entrevista concedida ao Jornal Vale Paraibano em junho de 1996, relata suas memórias sobre a realidade do tuberculoso em São José dos Campos, sendo ele portador da doença.

Para Altino Bondesan, a vida dos doentes em São José dos Campos era uma festa, como se fossem colegas em férias, “Até os enterros eram divertidos, a gente ia paquerando as moças e dando tchauzinhos para os outros, nós levávamos na flauta. Tinha inclusive uma musiquinha engraçada. Era assim: *Oi! Me fizeram uma grande operação/ me arrancaram os dois pulmão/ e tiraram até o rim/ ainda por cima/ certo médico ladino/ me furou o intestino.*” (Altino Bondesan).

Bondesan (junho de 1996) conta que o dia a dia era animado e que as normalistas iam namorar os doentes no muro do sanatório ao final das tardes, “o povo daqui tratava muito bem quem vinha se curar, também, metade do dinheiro que circulava em São José dos Campos era dos doentes.”

Os viajantes, porém, evitavam a cidade. Nas paradas dos ônibus ou trem, todos colocavam lenços no rosto, temendo o contágio.

Os doentes ficavam fregueses dos bares e restaurantes, pois talheres e louças lhes eram reservados. Era proibido aos doentes a ida às barbearias, festas e bailes e às pensões e hotéis de pessoas sadias, “nos bordéis não tinha problema as mulheres gostavam de todos.”

Altino Bondesan veio para São José dos Campos em 1935. Em 1937 já estava bom o suficiente para trabalhar como contador. Curado completamente em 1940, três anos antes de se casar.

A tuberculose não foi a única doença que Altino Bondesan adquiriu, em um de seus relatos para o Jornal Vale Paraibano ele diz: “*eu tive uma infecção na pleura (dupla membrana que envolve cada um dos pulmões) chamada epidemia (pus, derrame de matéria purulenta em uma cavidade), quando não havia antibióticos sobrevivia um em cada mil pacientes...*”

O Dr. Altino Bondesan se tornou uma figura importante na cidade de São José dos Campos, e veio a falecer em janeiro de 2001.

Como já dito anteriormente, a população tinha medo dos doentes tuberculosos que em São José dos Campos buscavam a cura, como explicar as palavras de Altino Bondesan referente a boa recepção desses doentes? É importante deixar claro que as pessoas que possuíam um bom poder aquisitivo eram bem recebidas, já que traziam benefícios e desenvolvimento a cidade, além de ter controle sobre a doença. Conclui-se então que, quem despertava o medo na população local eram os pobres, uma vez que não traziam nenhum desenvolvimento ou benefício a cidade, além de contribuir para a disseminação da doença que “carregavam”.

O Hospital Vicentina Aranha é um Patrimônio Histórico e Cultural que está sob responsabilidade das seguintes instituições: - O IPHAN, criado em 1937, ligado ao Ministério da Cultura, e é o órgão responsável pela política de preservação do patrimônio no âmbito federal, ou seja, cabe a ele gerenciar, identificar, proteger, promover e difundir o patrimônio cultural brasileiro; o COMPHAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural), criado em 20 de setembro de 1984, pela Lei Municipal nº 2.869/84, é o órgão responsável pela aplicação da Legislação de Patrimônio do Município de São José dos Campos e atua como um conselho consultivo sobre política de patrimônio do município; e o CONDEPHAAT, criado em 1967, é o órgão responsável pela política de preservação do patrimônio no âmbito estadual.

Sob toda essa responsabilidade o patrimônio histórico e cultural passa por vários procedimentos, mecanismos e categorias de preservação. É através desses meios que se facilita a recuperação e revitalização de edifícios preservados, como é o caso do Hospital Vicentina Aranha.

Em 1984 com a criação do COMPHAC, é iniciado o movimento de preservação do Sanatório Vicentina Aranha, ameaçado de especulação imobiliária, com grande adesão por parte da população, deste movimento parte um abaixo assinado encaminhado ao governo do Estado de São Paulo, solicitando o tombamento do Complexo Sanatorial.

Em 30 de maio de 1985, através do ofício GP-451/85, o CONDEPHAAT comunica ao Prefeito Municipal que o Sanatório Vicentina Aranha tem assegurada a sua preservação.

O Sanatório Vicentina Aranha foi declarado “tombado” pelo CONDEPHAAT no ano de 1989, esta declaração agia com o poder de que o patrimônio não poderia ser modificado de sua forma originária. Em agosto de 1996, o Sanatório entra em processo de tombamento.

Após cinco anos da entrada do processo de tombamento , no dia 27 de julho de 2001, ele foi legalmente declarado tombado, passando a ser o segundo patrimônio de São José dos Campos legalmente reconhecido pelos órgãos competentes, sendo o primeiro a Igreja São Benedito.

O governo do Estado de São Paulo, através do Secretário da Cultura, o Sr Marcos Mendonça, nos termos do artigo 1º do Decreto-Lei 149 de 15 de agosto de 1969 e do Decreto 13.426 de 16 de março de 1979, considera o complexo arquitetônico formado pelo Hospital Vicentina Aranha, pelos seus valores ecológicos e ambientais, atestado pela expressiva massa de vegetação e valores históricos e arquitetônicos, como complexo que representa o melhor exemplo da arquitetura senatorial no Vale do Paraíba. Nesse documento no artigo 1º: fica tombado como monumento de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico todo o conjunto e seus respectivos bosques e jardins que compõe o antigo sanatório Vicentina Aranha, totalizando sua área. Dando prosseguimento, no artigo 4º: fica o CONDEPHAAT autorizado a inscrever no livro de tombo competente, o bem em referencia para os devidos e legais efeitos.

Para justificar a transformação de uma instituição que há mais de cinquenta anos vinha se dedicando ao tratamento da tuberculose, em outro tipo de assistência, a geriátrica, tornando-se necessárias algumas considerações sobre o hospital e o tratamento para que a transformação seja melhor entendida.

A tuberculose, há tempos atrás, era considerada uma moléstia infinitamente maligna e das mais mortíferas. Existem dados que indicam que a tuberculose acompanha o homem desde o início da vida em sociedade. Segundo Filho (2001):

“Infecção tão antiga quanto a humanidade, é provável que os primeiros humanídeos já padecessem com a tísica, mesmo que a existência de pequenos grupos isolados inibisse a difusão maciça da moléstia. Com a ocorrência da Revolução do Neolítico, os agrupamentos humanos cresceram em número e a domesticação de algumas espécies animais ampliou as possibilidades de contágio.” (p. 31)

O hospital Vicentina Aranha atendeu durante muito tempo os tuberculosos de diversas partes do país, empregando as mais modernas técnicas de tratamento para a moléstia.

É importante observar que existe um prazo médio para a permanência dos hospitais de tuberculosos nas cidades, esse tempo, isto é, o prazo para a existência de um hospital para atendimento de tuberculosos nas cidades, decresceu nos últimos anos. A partir do uso da quimioterapia no tratamento da tuberculose, a Política Nacional de Saúde adotada passou a dar ênfase ao tratamento ambulatorial forçando os hospitais que tratavam da doença a se voltarem para outro tipo de atendimento.

No entanto, em termos de realidade nacional, como a tuberculose incide principalmente nas camadas mais carentes da população, o primeiro agravante para o tratamento ambulatorial é a falta de alimentação adequada, o que dificulta o tratamento em virtude do baixo nível econômico dos pacientes.

Dentre várias alternativas pensadas, para o destino do Sanatório Vicentina Aranha, a opção mais viável foi a transformação em entidade geriátrica. O objetivo maior de transformar o Sanatório Vicentina Aranha em entidade geriátrica era colaborar para a melhoria de vida dos idosos da região, proporcionando aos mesmos autoconfiança em sua vida, e oferecendo-lhes assistência médica especializada, terapêutica, dentária e religiosa. A instituição tinha como meta aumentar a capacidade de internação geriátrica.

Em 1980, por decisão da Santa Casa de São Paulo, passou a abrigar um hospital geriátrico cujas atividades foram encerradas em 2003. Em dezembro de 2006, a Prefeitura de São José dos Campos assinou a desapropriação amigável do local, de propriedade da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, pelo valor de R\$ 22 milhões referente a uma área de 84.645,61m².

Após a compra do complexo foi nomeada uma comissão especial para coordenar os trabalhos referentes à consulta pública acerca da utilização do Parque Vicentina Aranha. O relatório da comissão, com base nas sugestões apresentadas indica que o Complexo deverá abrigar um Centro Integrado de Cultura, com atividades de recreação, lazer educação, cultura e arte.

O Parque Vicentina Aranha é um patrimônio da cidade de São José dos Campos, tombado pelo COMPHAC (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagístico e Cultural do Município de São José dos Campos) e CONDEPHAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e turístico). Ocupa uma área de 84.500 m², sendo 86% de área verde e pistas de caminhada e 12 mil m² de edificações a serem restauradas.

Em 2008, a ASSOCIAÇÃO JOSEENSE PARA O FOMENTO DA ARTE E DA CULTURA (AJFAC) assumiu a gestão do Parque e desde então vem trabalhando com a conservação, manutenção e o restauro das edificações. Em 2012, foi iniciada a primeira fase de um grande projeto arquitetônico que tem como finalidade o restauro de todo o patrimônio edificado do Parque. Dos sete pavilhões existentes, três estão passando por obras estruturais e um já começou a ser restaurado e abrigará um museu interativo e um showroom com a reforma virtual do Parque.



Figura 3: Parque Vicentina Aranha – atualmente.

Fonte: www.pqvicentinaaranha.org.br

De acordo com a noção de espaço concluída por SANTOS (1999):

“...como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo”.

O espaço também pode ser reaproveitado e adaptado de acordo com as necessidades da população e do ambiente, de acordo com SANTOS (2008): “A cidade se dobra a essa demanda, se reforma, se reorganiza, se refaz, se recria”. Para facilitar o reaproveitamento do espaço, o homem reutiliza um certo local já existente à exemplo do Sanatório Vicentina Aranha, que no passado foi utilizado como abrigo para doentes tuberculosos e atualmente sua estrutura foi reaproveitada como área de preservação ambiental e bem estar social; como espaço cultural.

Hoje, o Parque oferece uma grande variedade de atividades para seus frequentadores: academia ao ar livre (projeto Cidade em Movimento), projeto Vem Brincar (realizado aos domingos para o público infantil em uma parceria com a Secretaria de Esportes), Sarau Filosófico e Visitas Monitoradas realizadas por historiadores especialistas na fase sanatorial. O Parque também recebe eventos da cidade, como os projetos Leitura no Bosque e Música no Parque em parceria com a Fundação Cassiano Ricardo, exposições, oficinas, teatro, cinema ao ar livre e clube de xadrez.

De acordo com Relatório da Comissão Preliminar da Prefeitura Municipal da cidade de São José dos Campos, o complexo do antigo Sanatório Vicentina Aranha transformou-se em um Parque Público diferenciado dos demais existentes no município funcionará como um Centro Integrado de Cultura (CIC), com atividades de recreação, lazer, educação e artes. O CIC deve ter uma gestão centralizada, que permita e entre outros objetivos, a ação integrada das diversas atividades e uso, dos diversos núcleos que serão criados. O ato de refuncionalizar implica na alteração da função de um determinado elemento, atribuindo-lhe um novo valor de uso. No caso do Sanatório Vicentina Aranha a demolição poderia ter sido a solução mais fácil, mas, correria o risco de destruir partes da história local e apagar marcas arquitetônicas. As possibilidades de reuso se dão conforme a natureza dos locais: edifícios ou terrenos que podem ser limpos, demolidos ou abandonados, e de acordo com as demandas e usos futuros. As várias formas de reutilização esboçam uma ampla gama de soluções capazes de renovar urbanisticamente uma área degradada. Segundo o Relatório citado no início deste capítulo, a Prefeitura do município planeja conciliar história com lazer. Por meio de atividades como

workshops, palestras, concertos musicais, peças teatrais, bibliotecas, e exposições retratando a história do espaço. E também visa à preservação do meio ambiente, com a criação de um Centro de Educação Ambiental voltado para a população, adotando em conjunto, ações que procurem estudar a reutilização de águas pluviais para a limpeza externa dos prédios, pátios, em jardins e em descargas sanitárias; a utilização de energia solar para a iluminação interna.

CAPÍTULO III – O parque e seus usos.

Tendo em vista o aproveitamento da infraestrutura existente, a atuação do poder público na condução de políticas de requalificação do espaço físico e a participação da comunidade na utilização e refuncionalização desta área tornando-se uma oportunidade de “reanimar” o local, antes em desuso e esquecido.

Algumas atrações que o parque oferece:

- Pista para caminhada e corrida: O Parque Vicentina Aranha possui uma pista para corrida e caminhada de 1.150m, onde também são disponibilizadas barras de alongamento. A frequência média do Parque para a prática de atividades físicas é de 3000 pessoas por dia.



Figura 4: Pista de caminhada.

Fonte: <http://pqvicentinaaranha.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2013/02/esporte.jpg>.

- Academia ao ar livre: A Academia ao Ar Livre do Parque Vicentina Aranha faz parte do Programa Cidade em Movimento, da Prefeitura de SJ, criado para incentivar e orientar de forma correta a prática esportiva de atividades nas academias ao ar livre instaladas na cidade. É realizado por monitores formados em educação física e atende um público de todas as idades a partir dos 12 anos.



Figura 5: Academia ao ar livre.

Fonte: <http://jornaljoseensenews.blogspot.com.br/2011/04/parque-vicentina-aranha-ganha-academia.html>

- Programa Vem Brincar: O Programa vem brincar é realizado em parceria com a Secretaria de Esporte de São José dos Campos e consiste em oferecer brincadeiras orientadas por monitores. Destinado ao público infantil, o programa acontece no Parque todos os domingos, das 9h às 13h. Entre as atividades realizadas, estão: perna de pau, jogos gigantes, brinquedos infláveis, oficina de artes, entre outras brincadeiras.
- Leitura no Bosque: O projeto Leitura no Bosque é realizado pela Fundação Cultural Cassiano Ricardo e visa estimular o hábito da leitura. O projeto oferece espaço especial para crianças e adultos e um acervo com cerca de 800 livros. Horário: sábados, domingos e feriados, das 10 às 17 horas
- Música no parque: Shows de música realizados aos domingos, das 10h30 às 11h30, em parceria com a Prefeitura e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo. As apresentações acontecem nos quiosques do Parque.
- Cinema no parque: O projeto Cinema no Parque acontece desde junho de 2012 e exhibe mensalmente filmes ao ar livre, oferecendo aos expectadores o contato com cinema de qualidade e com a natureza.



Figura 6: Cinema no parque.

Fonte: <http://pqvicentinaaranha.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2013/02/cinema-no-pq.jpg>.

- Visita monitorada: Aborda aspectos do cotidiano do Sanatório Vicentina Aranha, a atual e futura situação do Parque (espaço contemplado pela atividade) e discute o valor do bem como Patrimônio Cultural (preservado pelo COMPHAC, órgão municipal, em 1996, e pelo CONDEPHAAT, órgão estadual, em 2001). Como a Visita trata também das necessárias obras de Restauro das edificações do antigo Sanatório Vicentina Aranha, a atividade contempla os Canteiros de Obras do parque, apresentando conceitos e técnicas construtivas (arquitetura), promovendo maior interatividade entre o participante da Visita e a prática do Restauro. Também é feita uma exposição dos planos futuros para adequação e o uso do espaço.
- Visita monitorada noturna: Com objetivo de atrair o público jovem a conhecer as belezas e histórias do Parque Vicentina Aranha de forma lúdica e divertida, a Ajfac (Associação Joseense para Fomento da Arte e da Cultura) e o NUPHA (Núcleo de Preservação do Patrimônio Histórico, Humano e Arquitetônico do Parque Vicentina Aranha) promovem a visita monitorada noturna. Um dos historiadores do parque veste-se como mordomo Alberto de Menezes Borba, antigo diretor do sanatório e personagem lendário do Vicentina Aranha, que apresenta o local para os visitantes, que conheceram as dependências do Pavilhão Central utilizando apenas as luzes de suas próprias lanternas. O evento acontece a cada dois meses e é divulgado no

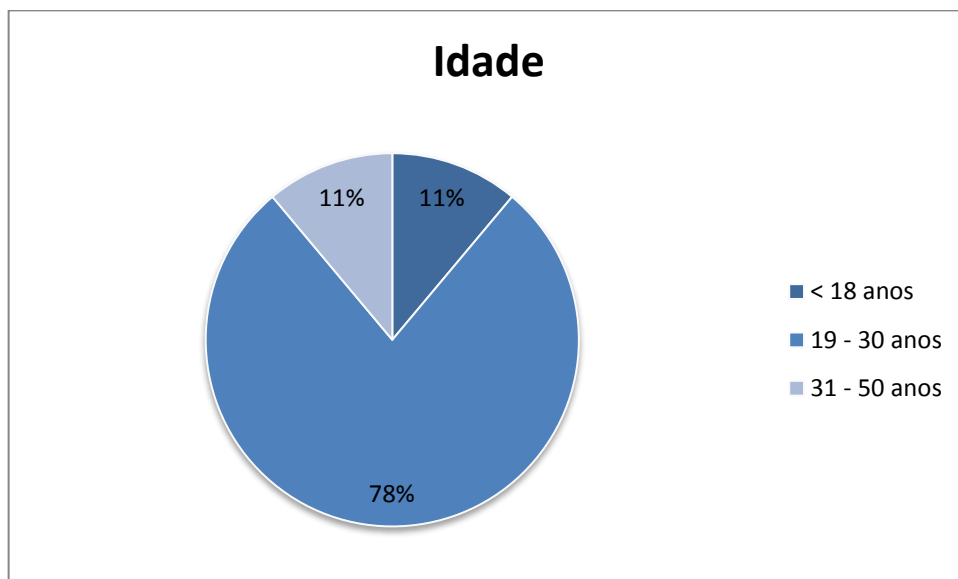
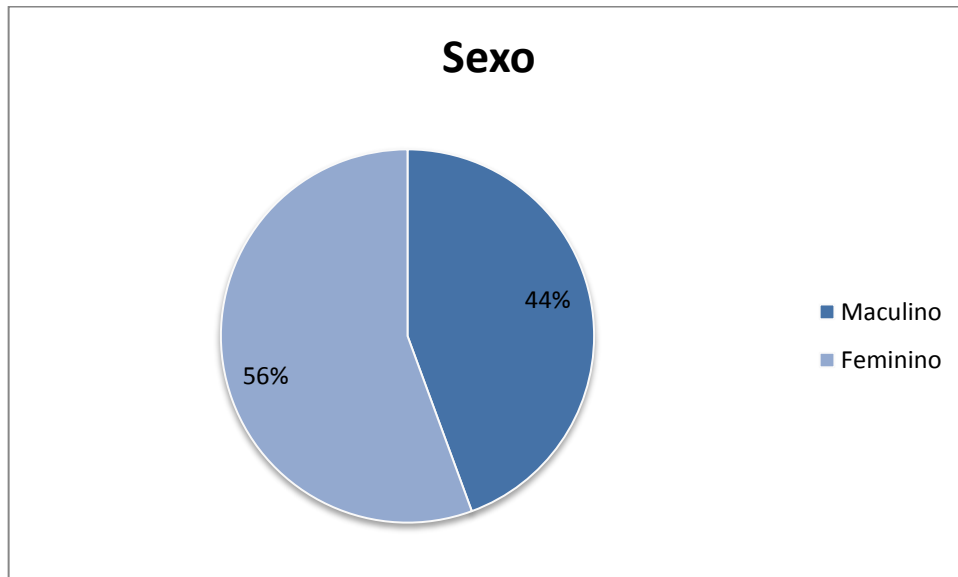
site e Fan Page do Parque. As vagas são limitadas para 30 pessoas por visita e a entrada é franca.

- Ladeira da memória: Consiste no recolhimento de depoimentos das pessoas que carregam consigo qualquer relação com o antigo Sanatório Vicentina Aranha. Pessoas que tiveram parentes, amigos internados em tratamento contra a tuberculose ou pessoas que viveram a cidade naquele período e que trazem lembranças, fotos ou simplesmente passagens curiosas sobre o cotidiano do antigo Sanatório Vicentina Aranha, são os protagonistas do Ladeira da Memória. Os encontros com esses Agentes Históricos são realizados no Parque Vicentina Aranha ou na casa dessas pessoas. Uma conversa franca e leve produz um rico material, indispensável para qualquer produção historiográfica. Tudo é documentado em vídeo, áudio e posteriormente transcritos em sua íntegra, sempre mediante a autorização de uso da imagem do depoente. Esses relatos serão colocados à disposição dos munícipes interessados em conhecer as Memórias, os rostos e os “causos” do antigo Sanatório Vicentina Aranha.

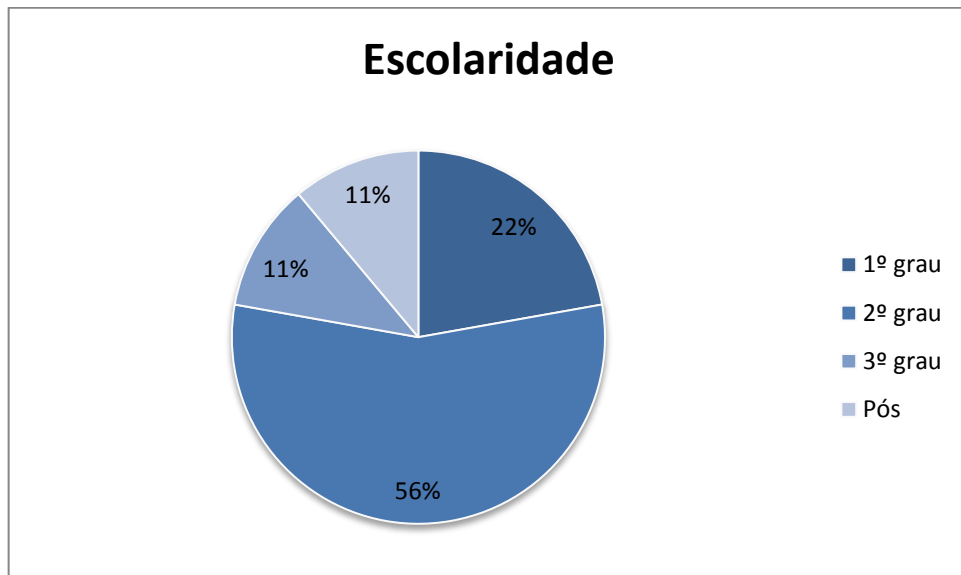
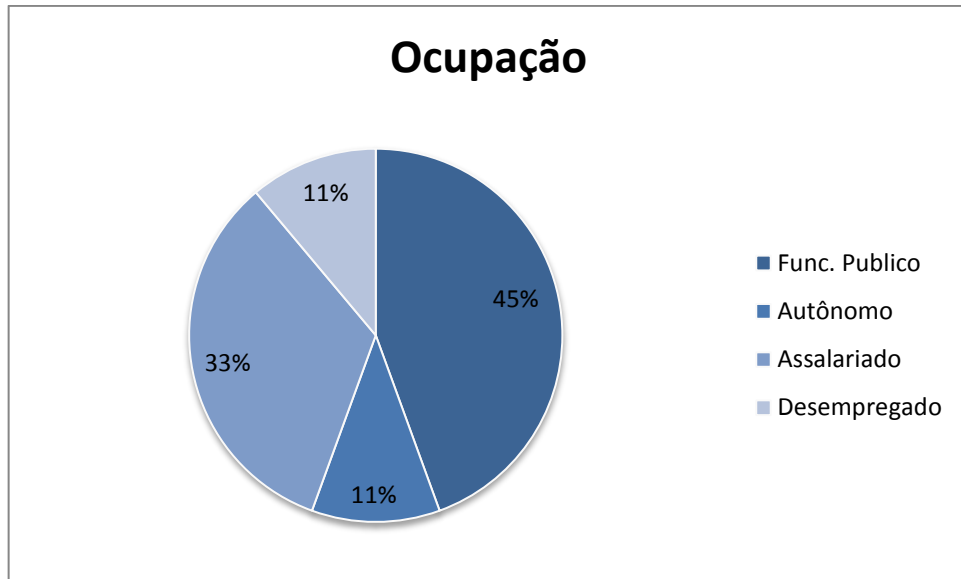
Os valores de conservação e preservação do patrimônio histórico ainda estão sendo incorporados pela sociedade local. Ainda assim, as medidas de proteção dos imóveis já criadas, como o tombamento, devem ser realizadas paralelamente com propostas de restauração e conservação do imóvel, conscientização da população local, capacitação profissional para atuar na área do restauro, bem como programas de requalificação desse espaço e valorização da história e cultura local.

Assim, elaboramos um questionário aplicado nos primeiros meses de 2013 com a população usuária do Parque Vicentina Aranha. O questionário estava dividido em duas partes, sendo que a primeira parte consistia num cadastro do entrevistado e a segunda parte procurava verificar o que o entrevistado entendia por conservação do patrimônio arquitetônico. A aplicação do questionário foi realizada durante o horário comercial, obtendo uma amostra diversificada da população. Para compor o universo da pesquisa, entrevistamos 150 usuários do parque. Após a aplicação do questionário, digitamos as respostas em planilhas do Microsoft Excel 2010, facilitando a tabulação dos resultados.

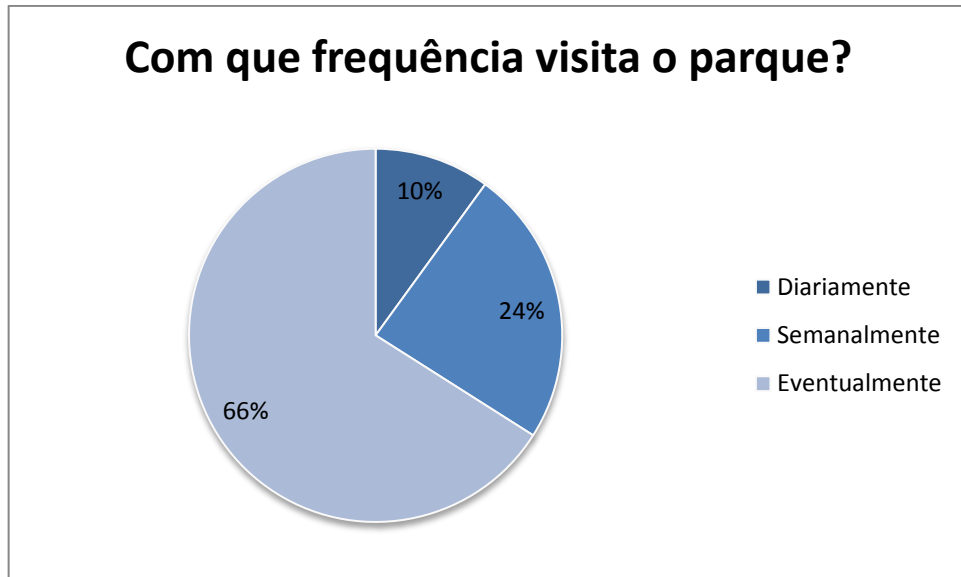
As variáveis mais relevantes para o entendimento da pesquisa serão apresentadas a seguir.



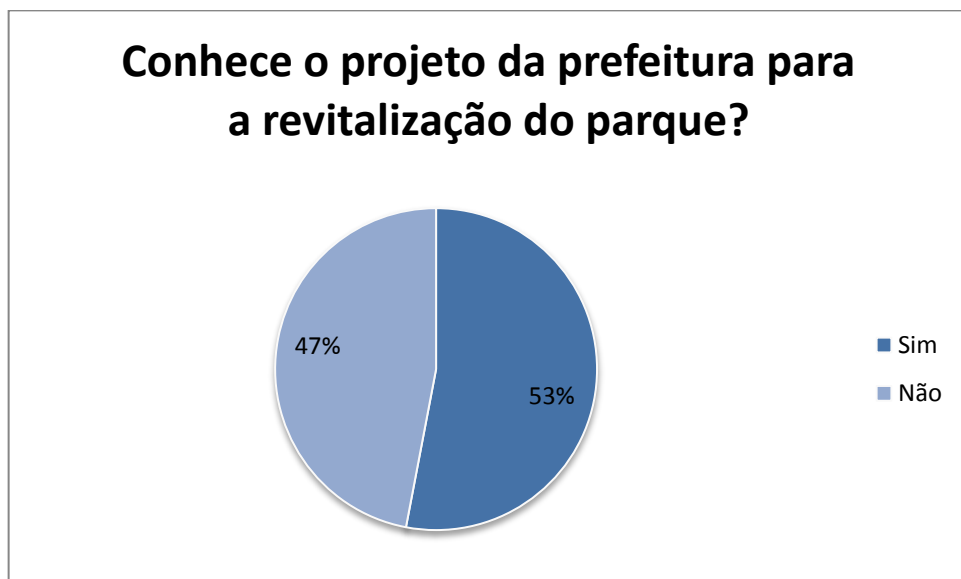
Há uma predominância de mulheres (55,6%), com idade entre 19 a 30 anos (77,8%).

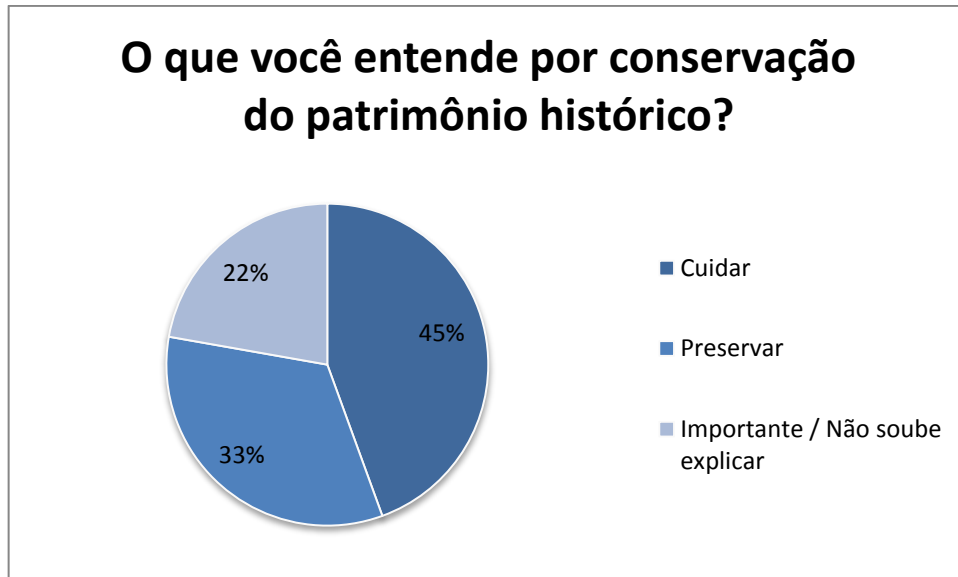


Em sua maioria se declaram assalariados (44,4%) e com 2º grau completo (55,6%), sendo todos moradores de São José dos Campos a mais de 30 anos.



A maior parte visita o parque eventualmente (66%), declararam que conhecer o projeto da prefeitura para a revitalização do parque (53%).





Podemos analisar que a maior parte da população que frequenta o parque entende que preservar o local é importante, enquanto 33% sabem que é importante, porém não souberam explicar o porquê.

Os resultados da pesquisa apenas confirmam a necessidade da revitalização do parque Vicentina Aranha. As respostas dos entrevistados mostram que grande parte deles concorda com o projeto, ressaltando a importância desse patrimônio para o município de São José dos Campos. Em função dos dados obtidos, verificou-se a necessidade da realização de uma pesquisa em grande escala, para que se possa identificar os reais interesses da população do município, tornando o parque realmente interessante e útil para as pessoas que já frequentam e para aquelas que virão a frequentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os projetos de revitalização são recentes no Brasil devido a pouca idade de nossas cidades e também porque esses valores foram recentemente incorporados a cultura nacional. Os edifícios históricos, valorizados e conservados, passam a constituir marcos no espaço, alterando os percursos e os lugares, bem como criando novas atividades econômicas relacionadas, quase sempre, na transformação desses espaços em mercadorias de consumo.

Gonçalves (1996) destaca que preservar o patrimônio é preservar a nação. Dessa maneira as ameaças ao patrimônio são ameaças à própria existência da nação.

O patrimônio histórico edificado, representado pelo parque Vicentina Aranha, pode ser tomado como produto do espaço geográfico nas suas relações entre lugar-uso-sociedade local. As possibilidades de acesso têm sido democratizadas por programas municipais que visam preservar sua história, permitindo que os usuários tomem contato com as edificações e com o bosque, atribuindo-lhes novos sentidos.

As políticas públicas de conservação do patrimônio edificado devem se basear nos interesses coletivos, possibilitando à população local a valorização de sua história e cultura, além de conectar os indivíduos aos espaços construídos. Isso acontece através da ressignificação desses espaços, atribuindo a estes novas funções e conteúdos, para que esses ambientes sejam capazes de proporcionar esperança e mobilização social. Para isso, a população local precisa ser conscientizada a respeito da importância da conservação desses edifícios históricos, bem como da história e usos dos mesmos, para que possam se manter em bom estado de preservação.

Observamos que a refuncionalização de uma área é viável e benéfica ao município e a sua população, pois a conservação do patrimônio histórico estudado e a preservação do meio ambiente em seu entorno garantirão satisfação, qualidade de vida, bem-estar social e a criação de mais uma área de lazer. A atuação dos órgãos públicos foi fundamental para que o projeto de reestruturação e adequação a novos interesses do Antigo Sanatório Vicentina Aranha se concretizasse, transformando o local em uma das áreas verdes mais frequentadas pela população do município. Porém é necessária maior transparência fiscal que justifique os recursos empregados na execução das obras, mantendo a opinião pública esclarecida e

embasada na reivindicação dos seus direitos. Na pesquisa realizada percebeu-se o interesse da população na transformação do antigo sanatório em um espaço de lazer, atividades físicas e culturais, onde se pode desfrutar ainda de um maior contato com a natureza.

Para que haja uma perspectiva de preservação dos parques urbanos, torna-se necessário à valorização da memória, seja ela, individual, coletiva ou histórica, pois desta forma a cidade torna-se dinâmica, em constantes transformações, visto que a memória não é somente algo do passado, e sim da cultura que irá influenciar as relações sociais. É neste sentido, que o parque precisa ser percebido como um lugar para a cidade, que integra a paisagem.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

ARAÚJO, M.; ALMEIDA, M. G. O patrimônio e a paisagem do núcleo pioneiro de Goiânia: uma interface com a cultura e identidade. In: **II COLÓQUIO NACIONAL DO NEER**, Salvador, UFBA, 2007, 15 p.

BARRETO, M. Espaço público: usos e abusos. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BITTENCOURT, T.M. **Arquitetura sanatorial**. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1998.

CARLOS, A. F. A. Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: _____, A. F. A. (Org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

CESCO, N. de T. **São José dos Campos: uma visão da fase sanatorial**. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1992. 168 p.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CORRÊA, R. L. **Uma sistematização da análise de monumentos na Geografia**, Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, 1 (1): 9-22, jan-jul., 2007.

COSTA, E. B. da. **Política de Patrimônio e usos estabelecidos: o caso de Tiradentes – uma cidade setentista mineira**. Monografia (**Iniciação Científica**).

Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Editora Escala, Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2, 2005, 192 p.

FERREIRA, E. L. **Apontamento sobre o lazer e o patrimônio edificado no centro histórico de Vila Nova Gaia**. In: Revista da faculdade de Letras – Geografia, I série, vol. XV/XVI, Porto, 1999-2000, p. 117-129.

FILHO, C. B. **História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900 – 1950**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 248 p.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.

FREITAG, B. **A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras**. IN: **Urbanidades**: Revista Eletrônica do PIP Itinerâncias Urbanas, Universidade de Brasília, ano 1, nº 1, jan-abr de 2003. Disponível em: [HTTP://WWW.unb.br/ics/sol/ubarnidades/barbarafreitag.htm](http://www.unb.br/ics/sol/ubarnidades/barbarafreitag.htm). Acessado em Junho de 2013.

GIEDION, S. **Espaço, Tempo e Arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 11 ed., 2002, 349 p.

IAOCHITE, J. C. **Apropriação e revalorização do espaço urbano**: análise da ocorrência de *brownfields* no município de Americana – SP. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

ICOMOS. **I Seminário Brasileiro para a Preservação e Revitalização de Centros Históricos**. Itaipava, julho de 1987. Disponível em: <HTTP://WWW.quintacidade.com/wp-content/uploads/2008/03/seminario-brasileiro-sobre-os-centros-historicos.pdf>. Acessado em maio de 2013.

IPHAN. **Carta de Atenas**. Atenas, novembro de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>. Acessado em março de 2013.

____. **Carta de Veneza**. Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>. Acessado em março de 2013.

____. **Recomendação de Paris de obras públicas ou privadas**. Paris, 19 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=239>. Acessado em março de 2013.

____. I Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais. Brasília, abril de 1970. **Compromisso de Brasília**. Disponível em: http://www.icomos.org.br/cartas/Compromisso_de_Brasilia_1970.pdf. Acessado em março de 2013.

____. **Recomendação de Nairóbi**. Nairóbi, 26-30 de novembro de 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>. Acessado em março de 2013.

MESENTIER, L. M. de. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania**. 1997. Disponível em: [HTTP://artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151515071_97.pdf](http://artigocientifico.com.br/uploads/artc_1151515071_97.pdf), Acessado em maio de 2012.

MINEO, M. M. P. **O espaço urbano e suas temporalidades: o patrimônio histórico edificado de Limeira – SP sob o olhar da população**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

NIGRO, C. Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2ª. Ed. – São Paulo: Contexto, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Editora Escala, Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 7. 2005, 112 p.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Edusp Editora da Universidade de São Paulo. 5ª edição. 2008.

SANTOS, M. Aula inaugural do ano letivo de 1999 da universidade Federal da Bahia.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979. 152 p.

SMITH, Neil. A gentrificação **generalizada**: de uma anomalia local à „regeneração“ urbana como estratégia urbana global. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de „revitalização“ dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUZA, A.M.S.; SOARES, L.L. **Modernidade e urbanismo sanitário: São José dos Campos**. A trajetória da aldeia. São José dos Campos: Papercrom, 2002.

TIBIRIÇA, T. D. N. **Reabilitação urbana do centro histórico de Itu**. Trabalho final de graduação. São Carlos: USP, 2004.

VIEIRA, S. G. **O centro vive**: o espetáculo da revalorização do centro de São Paulo – sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço. Tese (**Doutorado**). 1 v. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista – Unesp, Campus Rio Claro, 2002.

Anexo**Questionário sobre a percepção do Parque Vicentina Aranha.**

1. Sexo: Masculino () Feminino ()
2. Idade: < 18 anos () 19-30 anos () 31-50 anos ()
3. Ocupação: Funcionário público () Autônomo () Assalariado ()
Desempregado ()
4. Escolaridade: 1º grau () 2º grau () 3º grau () Pós ()
5. Mora em São José dos Campos? Sim () Não ()
6. Há quanto tempo? <5 anos () 6-15 anos () 16-30 anos ()
7. Onde está localizado o bairro que você mora?
8. Com que frequência visita o parque? Diariamente () Semanalmente ()
Eventualmente ()
9. Conhece o projeto da prefeitura para a revitalização do parque?
Sim () Não ()
10. Como tomou conhecimento?
Rádio () Internet () Televisão () Outros ()
11. O que você entende por preservação do patrimônio histórico?
Cuidar () Preservar () Importante () Não soube explicar ()